

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
E LITERATURA

ALEX MACIEL FERNANDES

**A PORTA-VOZ DA CASA-GRANDE OU A REPRODUÇÃO DO
DISCURSO IDEOLÓGICO DOMINANTE NOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO HEGEMÔNICOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2018

ALEX MACIEL FERNANDES

**A PORTA-VOZ DA CASA-GRANDE OU A REPRODUÇÃO DO
DISCURSO IDEOLÓGICO DOMINANTE NOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO HEGEMÔNICOS:**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura” - Orientadora: Profa. Dra. Maurini de Souza

CURITIBA - PR

2018



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura



TERMO DE APROVAÇÃO

O porta-voz da casa grande ou a reprodução do discurso ideológico dominante nos meios de comunicação hegemônicos

Por

ALEX MACIEL FERNANDES

Monografia apresentada às 13:25, do dia 14 de setembro de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, Turma , ofertado na modalidade de Ensino a Distância, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Maurini de Souza
UTFPR - Curitiba
(orientador)

MARCELO FERNANDO DE LIMA
UTFPR - Curitiba

marcio matiassi cantarim
UTFPR - Curitiba

DEDICATÓRIA
À Evelyn Scortegagna

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas precisam ser lembradas diretamente, pela influência decisiva que exerceram e que fez com que este projeto fosse possível.

À Evelyn, pelo amor e por estar sempre ao lado e disposta a ajudar. Sem ela, não seria possível raciocinar sobre tudo o que me propus a investigar.

A Osvaldo e Maria José, por, no final das contas, sempre acreditarem. Vemos cores diferentes na realidade, mas o arco-íris que formamos juntos é a diversidade que também me ensina a viver.

À Maurini de Souza, por orientar, ajudar e acreditar, até o final, ainda que distante. Quase soltei de sua mão, mas ela segurou com força.

Aos amigos de palco, por entenderem, quando foi necessário. Uns conhecem o caminho; outros só gostam de mim mesmo.

Sermo hominum mores et celat et indicat idem.

A língua oculta e revela ao mesmo tempo os costumes dos homens.
(Hexâmetro de Dionísio Cato)

RESUMO

FERNANDES, Alex Maciel. A porta-voz da Casa-grande ou a reprodução do discurso ideológico dominante nos meios de comunicação de massa. 2018. 30 f. Monografia (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

Esta pesquisa apresenta uma análise dos textos de reportagens do Jornal Nacional, telejornal de maior audiência no país, da Rede Globo de televisão, veiculadas entre os dias 25 e 31 de agosto de 2016, período final do pedido de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff. O estudo tem como base os conceitos da Análise de Discurso Francesa, baseados nas contribuições de Michel Pêcheux (2014 e 2015) e Eni Puccinelli Orlandi (2015), além dos conceitos basilares da teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho (2012). Discute-se a possibilidade de identificar, no discurso do Jornal, uma tendência favorável ao pedido de *impeachment*, além de verificar a influência da TV e da mídia hegemônica na formação da opinião pública. A pesquisa busca esclarecer a formação discursiva e ideológica que forja a ação da mídia hegemônica e, para isso, assume-se a tese do sociólogo Jessé Souza (2017) apresentada no livro *A Elite do Atraso - da escravidão a Lava Jato, uma resposta crítica à Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Holanda* (2015), e que descreve a mídia hegemônica, capitaneada pela Rede Globo, como porta-voz da elite econômica. A análise dos textos deverá explicitar o ponto de vista defendido e a ideologia que subjaz o discurso, dissimulada em termos e expressões, ao longo das narrativas jornalísticas.

Palavras-chave: Análise de discurso. Ideologia. Formação discursiva. Mídia hegemônica.

ABSTRACT

This research presents an analysis of reports of Jornal Nacional, television news with the highest audience in the country, from Rede Globo television, broadcast between August 25 and 31, 2016, the final term of the impeachment request of then President Dilma Rousseff. The study is based on the concepts of French Discourse Analysis, based on the contributions of Michel Pêcheux (2014 and 2015) and Eni Puccinelli Orlandi (2015), in addition to the basic concepts of journalism theory by Adelmo Genro Filho (2012). It is discussed the possibility of identifying, in the Jornal discourse, a tendency favorable to the request for impeachment, in addition to verifying the influence of TV and hegemonic media in the formation of public opinion. The research seeks to clarify the discursive and ideological formation that forges the action of the hegemonic media and, for this, assumes the thesis of the sociologist Jessé Souza (2017) presented in the book *The Elite of Delay - from slavery to Lava Jato*, a critical response to *Raízes do Brasil*, by Sergio Buarque de Holanda (2015), and describes the hegemonic media, led by Rede Globo, as spokesman for the economic elite. The analysis of the texts should make explicit the point of view defended and the ideology that underlies the discourse, concealed in terms and expressions, throughout the journalistic narratives.

Keywords: Discourse analysis. Ideology. Discursive formation. Hegemonic media.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	O JORNALISMO HEGEMÔNICO NÃO É TRANSPARENTE	111
2.1	Audiência.....	111
2.2	O discurso e a ideologia dominantes no Brasil.....	122
2.3	Jornalismo e (grande) mídia hegemônica.....	133
3	METODOLOGIA	155
4	ANÁLISE DAS REPORTAGENS	155
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25
	ANEXOS (Reportagens analisadas)	26

1 INTRODUÇÃO

Em *Casa-grande & Senzala* (2004), obra fundadora do que convencionamos entender por identidade e história brasileira, Gilberto Freyre procura descrever e explicar a dinâmica de nossa sociedade, antes oficialmente escravocrata, baseada no funcionamento das antigas propriedades rurais, compostas essencialmente pela casa-grande, lugar em que morava o proprietário da terra, de tudo e de todos que por ali estivessem (escravos, familiares, igreja, políticos, etc.), e pela senzala, lugar em que eram mantidos os escravos. Nessa perspectiva, o sociólogo Jessé Souza (2017) tem se dedicado a elaborar respostas críticas e discussões das teses dos intérpretes brasileiros clássicos como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso e Roberto DaMatta. Ele argumenta que é possível traçar um paralelo entre a atual elite financeira do país e o senhor da casa-grande, elite esta que teria herdado a autoridade social deste senhor de terras e que conseguiria mantê-la com o auxílio da grande mídia, seu mais autêntico porta-voz.

É salutar a existência de leituras diferentes na imprensa para proporcionar um ambiente favorável à formação justa de pontos de vista. Os canais de televisão tradicionais e mais conhecidos, Rede Globo, SBT, Rede Record e Bandeirantes, reproduzem discursos que pouco se diferenciam entre si e que não representam a diversidade de pontos de vista que seria necessária para a sustentação de um ambiente democrático da informação e de suas leituras possíveis. Este discurso é reproduzido e multiplicado com eficácia pela Rede Globo de televisão, que detém uma audiência superior aos outros canais¹. Sua audiência chega a ser de quatro a cinco vezes maior em relação à segunda colocada. Essa mídia hegemônica tem reproduzido uma narrativa com um poder de comunicação desproporcional e que historicamente tem se estabelecido em um lugar privilegiado no que se refere à procedência do discurso. Apesar de a internet viabilizar a expansão de meios alternativos de jornalismo e comunicação, os grandes veículos ainda conseguem maior audiência também em seus canais da internet, reproduzindo a hegemonia dos meios tradicionais. No Brasil, dos quinhentos sites mais acessados², somente cinco podem ser considerados exemplos de contraponto a narrativa dominante: Revista Carta Capital, Conversa Afiada, GGN, Brasil 247 e Carta Maior. O portal G1, das organizações Globo, domina os acessos nas instâncias de informação; no *Facebook*, a

¹ Segundo site Kantar IBOPE Media (disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-precas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-1607-a-2204/>)

² Segundo indexador Alexa (disponível em <https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>). Acesso em 10.01.2018).

página com mais acessos é a do jogador Neymar Jr.³ e, em blogs, os dois mais acessados são de humor, sendo que o primeiro traz piadas ligadas, na maioria, à religião, e o segundo lugar (Kibeloco) trata do universo masculino superficialmente e demonstra um discurso que mais reproduz a velha narrativa machista, sem qualquer horizonte de ruptura com o *status quo*⁴.

Mesmo assim, a televisão e os canais de transmissão via satélite ainda são dominantes na vida das pessoas e são a principal fonte de informações sobre a realidade factual. Segundo o site da Kantar IBOPE Media, reconhecida empresa de pesquisa midiática, até 2015, a TV ainda era o meio de comunicação de maior penetração no Brasil. Quatro canais de televisão são os mais vistos, detém outros suportes de circulação e são os responsáveis pela construção da narrativa que descreve os acontecimentos pautados na sociedade, influenciando a leitura da realidade de grande parte da população.

Considerando que o ensino de língua portuguesa deve contribuir para a construção do senso crítico por meio do estudo, reconhecimento, produção e uso social da língua, é pertinente investigar os movimentos do sentido do discurso desses meios de comunicação hegemônicos e identificar o discurso dominante, não homogêneo, mas hegemônico, originário da classe dominante, e reproduzido “multimidiaticamente” pelos grandes e tradicionais meios de comunicação, a também chamada mídia corporativa. Propõe-se, neste caso, analisar reportagens do Jornal Nacional, jornal televisivo da Rede Globo de Televisão, que possui a maior audiência do país. O contexto é o do período em que transcorreu o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. O objetivo é verificar os interesses que subjazem e orientam as matérias e como a desconstrução do discurso apresentada nesta pesquisa pode contribuir no ensino da língua materna. À luz da Análise de Discurso Francesa (AD), busca-se identificar a narrativa social dominante que se estabelece e se legitima a partir das informações apresentadas pelos meios de comunicação hegemônicos de massa. Ao fazer esta análise, delimita-se um período que aborda um assunto bastante conhecido e que divide opiniões. Durante essa época, várias notícias foram publicadas, fatos foram registrados por meio de discursos diferenciados, expondo a multiplicidade de leituras sobre o mesmo fato e evidenciando os pontos de vista divergentes e que revelam o lugar social e, conseqüentemente, o discurso ideológico que compõem cada texto.

Orlandi (2015) nos lembra que está na origem da Análise de Discurso não considerar a linguagem transparente e que as palavras e expressões variam de significações dependendo

³ Segundo Tecmundo apud Socialbakers (disponível em <https://www.tecmundo.com.br/facebook/103611-10-paginas-populares-facebook-brasil-no-mundo-video.htm>).

⁴ Segundo site de pesquisa top10mais (disponível em <https://top10mais.org/top-10-blogs-mais-acessados-do-brasil/>). Acesso em 22.04.2018)

das condições de produção, em sentido amplo. O que principalmente motiva a dedicação a este trabalho é a vontade de demonstrar aos alunos que existem interesses e pontos de vista que são defendidos em um texto, escrito ou falado, por mais neutro ou imparcial que ele se diga ser. Segundo a AD francesa e Genro Filho (2012), não existe neutralidade ou imparcialidade porque todo discurso parte de um contexto ideológico determinado.

O trabalho se apoia numa visão alternativa do que seria o Brasil como nação e o que significaria ser brasileiro. Com base nas ideias do sociólogo Jessé Souza (2017), a análise pressupõe uma espécie de acordo entre a elite financeira do país e a mídia dita hegemônica. Segundo Souza, como a classe média está entre a elite do dinheiro e as classes populares, ela busca se legitimar perante as outras duas, porém imersa numa ideia de relação social criada pela elite paulistana a partir de 1930, difundida e sedimentada intelectualmente pela Universidade de São Paulo (USP), por meio das teses do patrimonialismo e populismo e reverberada pela grande mídia. O autor chega a afirmar que o público é indefeso diante de tanto poder de manipulação da informação. É indefeso porque é refém da hegemonia que possui a chamada grande mídia, fazendo com que este público interaja com uma leitura unívoca dos acontecimentos e esteja entregue a um lento amadurecimento social e político.

Para Genro Filho (2012), assim como toda atividade humana, o jornalismo é um fenômeno histórico-social, portanto pleno de influências de formações discursivas histórico-simbólicas, e não só uma forma de organizar a linguagem e que expõe conteúdos explícitos ou implícitos.

Considerando que não existe neutralidade quando se divulga uma notícia, ou se escreve uma reportagem, e que existe uma evidente hegemonia nos meios de comunicação, é notável que ainda se atente ao noticiário sem um cuidado mínimo, sem dar-se conta de que uma leitura do cotidiano social prevalece em virtude do mesmo poder hegemônico e isolado e não há narrativas alternativas de igual força e amplitude; sem pressupor interesses ou pontos de vista de quem escreve, fala, enfim, expõe um discurso.

Uma parte da mídia brasileira constrói historicamente uma narrativa hegemônica que atende aos interesses de uma classe social abastada economicamente, que orienta a concepção que se tem sobre a realidade dos fatos e que busca manter esse poder. Esse *modus operandi* tornou-se questionável, tendo em vista tanto o pressuposto constitucional de democratização dos meios de comunicação, quanto a procedência das informações e do conteúdo dos textos veiculados por estes meios. Torna-se imperativo uma análise mais criteriosa destes textos que circulam no meio social para verificar os interesses que subjazem os argumentos.

2 O JORNALISMO HEGEMÔNICO NÃO É TRANSPARENTE

Orlandi (2015) argumenta que a Análise de Discurso Francesa (AD) considera que a linguagem não é transparente. Pode-se estender esta consideração ao texto jornalístico, já que este se manifesta na própria linguagem. Assim também é com os textos da grande mídia brasileira. Sob a ótica da AD, o texto é considerado em sua discursividade, ou seja, nos sentidos produzidos a partir das significações que um texto pode ter na interação entre interlocutores, considerando, em sentido amplo, suas condições de produção, o que inclui o contexto sócio-histórico e ideológico. A seguir, busca-se sustentar teoricamente os argumentos que defendem que é possível identificar a tendência ideológica do Jornal Nacional, programa informativo de maior audiência histórica e atual do país, relacionado ao episódio do *impeachment* da então Presidenta da República, Dilma Rousseff.

2.1 Audiência

Para formar um juízo sobre qualquer assunto, é preciso se informar a respeito. E se queremos saber mais sobre a cidade, o estado e o país, meios e veículos diversos de comunicação devem ser consultados. Porém uma democratização nos meios de comunicação ainda precisa acontecer no Brasil para garantir a visibilidade e a participação de fontes de informação diversificadas. Só assim é possível vislumbrar a construção justa do ponto de vista. Ocorre que, segundo o Kantar IBOPE Media, apesar do crescimento exponencial do uso da internet pelas pessoas e o aumento e diversificação de dispositivos de acesso, a TV ainda é o meio que mais se comunica com o consumidor. A empresa destaca a TV como meio absoluto, com quase toda a população consumindo diariamente, sendo que 74% assistem porque querem se informar, 60% porque buscam entretenimento e 35% procuram por um programa específico⁵.

Assim, a mesma empresa revela que o canal que possui, via de regra, a maior audiência do país em quase todos os horários do dia é a Rede Globo de Televisão. O seu Jornal Nacional ocupa o já cativo 2º lugar diário na audiência brasileira⁶, perdendo apenas para a Novela III do mesmo canal.

⁵ Segundo site Kantar IBOPE Media (disponível em <https://www.kantariibopemedia.com/antropomedia/>)

⁶ Segundo site Kantar IBOPE Media (disponível em <https://www.kantariibopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-1106-a-17062018/>)

2.2 O discurso e a ideologia dominantes no Brasil

O professor titular de sociologia da Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC) e sociólogo Jessé Souza tem procurado fazer um esforço em suas intervenções públicas no sentido de advogar a favor da necessidade de reconfiguração da ideia de Brasil que temos entre nós, por meio da criação de um novo mito brasileiro, ou seja, dar novas respostas às perguntas anteriormente respondidas por Sergio Buarque de Holanda, a partir de Gilberto Freyre, que gerou uma narrativa totalizadora e que explica o Brasil para os brasileiros. Segundo ele,

O sucesso da empreitada de Sérgio Buarque se deve ao fato de ele ter logrado, ao modo dos profetas das grandes religiões mundiais, responder às três grandes questões que desafiam indivíduos e sociedades: De onde viemos? Quem somos? Para onde (provavelmente) vamos? Articular essas três questões centrais de modo convincente permitiu que sua visão se tornasse a interpretação oficial do Brasil sobre si mesmo. (2017, p. 7-8)

O autor defende que as respostas de Sergio Buarque guiam até hoje o imaginário brasileiro e sedimentam uma ideologia dominante. Expressões como “jeitinho brasileiro” ou o brasileiro como “o homem cordial”, por exemplo, seriam conceitos trazidos por Sergio Buarque e que ajudariam a compor essa cosmovisão brasileira. Souza (2017) chama a leitura de Freyre de culturalismo racista por entender que ele apenas provoca uma falsa ruptura com o racismo científico e fenotípico, esclarecendo que

O falso rompimento com o racismo científico é de fácil comprovação. Quando se apela para o “estoque cultural” para explicar o comportamento diferencial de indivíduos ou de sociedades inteiras, temos sempre um aspecto central dessa ideia que nunca é discutido ou percebido: seu racismo implícito. Em outras palavras, o culturalismo da teoria da modernização [...] é uma continuação com outros meios do racismo científico da cor da pele e não a sua superação. (p. 17-18)

Todo este movimento ensejaria o discurso dominante, que nascerá, segundo o autor, a partir de duas transformações que Sergio Buarque faz no paradigma criado por Freyre

que irão possibilitar que o culturalismo racista, agora na versão vira-lata de Buarque, se torne o porta-voz oficial do liberalismo conservador brasileiro. Versão vira-lata essa que, por servir precisamente de legitimação perfeita para o tipo de interesse econômico e político da elite econômica que manda no mercado, se tornaria a interpretação dominante da sociedade brasileira para si mesma até hoje. A primeira transformação é a mutação radical do brasileiro pensado genericamente sem distinções de classe enquanto pura negatividade na noção de homem cordial. A segunda é o alongamento da noção de homem cordial na noção de Estado patrimonial. As duas noções conjugadas constroem a ideia do brasileiro como vira-lata da história, sendo imagem invertida no espelho do protestante americano transformado em herói. (p. 29-30)

Em suma, seria este histórico de formação social e discursiva, essa narrativa que cria uma identidade brasileira e que passa a ser a referência a partir dos anos trinta, que representaria o discurso dominante, que por sua vez manifesta a ideologia dominante.

Para que seja possível a manutenção do poder da elite financeira, é preciso alcançar a população “traduzindo” todo esse discurso: esse é o papel da mídia para Souza (2017), que afirma que

O presente não se explica sem o passado, e apenas a explicação que reconstrói a gênese efetiva da realidade vivida pode, de fato, ter poder de convencimento. Essa é, inclusive, a razão da força de convencimento do culturalismo conservador entre nós. Ele supostamente explica tudo sem lacunas. [...]

O trabalho de distorção sistemática da realidade realizado pela mídia foi extremamente facilitado pelo trabalho prévio de intelectuais que forjaram a visão dominante, até hoje, da sociedade brasileira. (p. 13-14)

A influência que a grande mídia, capitaneada pela Rede Globo, exerce, se traduz na abrangência e poder econômico que esta possui e nos discursos que esta reproduz. Segundo Souza e Silva (2013, p. 180)

A Rede Globo de Televisão iniciou suas atividades no dia 26 de abril de 1965, fundada pelo empresário Roberto Marinho. Efetivou-se uma rede de emissoras afiliadas espalhadas por todo país no dia primeiro de setembro de 1969. O pioneirismo e a tradição no ramo das notícias transmitidas pela televisão facilitaram a aquisição das inovações tecnológicas, que surgiram ao longo dos anos,

viabilizando coberturas mais presentes – ainda que em localizações geográficas longínquas, nenhum outro órgão de mídia tem o alcance da Rede Globo.

Trata-se, portanto, de uma grande potência nos meios de comunicação que exerce grande influência na formação da opinião pública.

2.3 Jornalismo e (grande) mídia hegemônica

Buscando traçar e definir o perfil de um jornalismo que se caracteriza principalmente como uma prática humana também passível de influência das relações de poder entre as classes sociais, Genro Filho (2012) argumenta que é preciso superar uma perspectiva funcionalista do jornalismo, explicando que

Nos Estados Unidos, depois da I Guerra, consolida-se a perspectiva funcionalista no estudo da comunicação social, alicerçada em estudos de natureza empirista que se utilizam modelos formais e matemáticos. Essa corrente, que pretende atribuir-se uma aura de imparcialidade e objetividade, passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos Estados Unidos e também na América Latina. O desenvolvimento dos meios de comunicação e do próprio jornalismo são analisados como processos independentes em relação ao desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes, ou seja, apartados do movimento histórico em seu conjunto. Ao contrário, os meios de comunicação são tomados apenas como “função orgânica”

da sociedade capitalista contemporânea, entendida esta como paradigma de progresso e da normalidade. (p. 27)

Ao estudar a leitura de Souza da dinâmica da sociedade, é possível verificar este funcionalismo na mídia hegemônica brasileira, neste caso, um jornalismo produzido por uma imprensa que mantém, no país, uma hegemonia na distribuição de informação e um poder de alcance e argumentação na sua articulação retórica que supera em qualidade de produção e em números de audiência. Observa-se esta manutenção do paradigma da normalidade e progresso quando o autor destaca que a mídia seria uma das grandes responsáveis pela concretização deste cenário e auxílio na sedimentação da identidade brasileira criada por Freyre e Sergio Buarque, um estado patrimonialista que seria refém da corrupção, e pequeno diante de um mercado virtuoso, empreendedor e teoricamente livre dos vícios públicos, mas que, na verdade, dissimula a maior corrupção que é a ação da parte financeira da elite econômica, uma parcela ínfima da sociedade que concentra a maior parte da riqueza e propriedade do país:

[...] O patrimonialismo esconde as reais bases do poder social entre nós. Ele assume que interesse privado é interesse individual privado, de pessoas concretas, as quais se contraporiam aos interesses organizados apenas no Estado. Tudo como se houvesse interesses organizados apenas no Estado, suprema estratégia de distorção da realidade. Uma noção de senso comum do leigo que não percebe os interesses privados organizados no mercado e sua força, ou seja, que não percebe, em suma, como o capitalismo funciona. Daí decorre a noção absurda, mas tida como verdade acima de qualquer suspeita entre nós: a noção de que a elite poderosa está no Estado, com isso invisibilizando a ação da elite real, que está no mercado, tanto nos oligopólios quanto na intermediação financeira (SOUZA, 2017, p. 208).

Souza (2017) procura esclarecer que a mídia, tal como a conhecemos, não produz ideias, mas apenas reproduz a ideologia dominante como se fosse uma verdade a ser reconhecida. Isso porque o fato de não termos no país a sua regulação faz com que se permita a manipulação da informação a seu favor. Se não há um cenário favorável à existência da pluralidade de ideias, o parâmetro se traduz na hegemonia de quem a tem, pois

A mídia no mundo todo repete, reproduz e amplia, como se isso tudo fosse conhecimento real e indisputado, esse tipo de percepção para seus ouvintes e leitores. Afinal, a mídia não produz conhecimento. Ela apenas distribui e eventualmente, como no nosso caso, em um contexto de total desregulação do trabalho midiático, enfatiza alguns aspectos e encobre outros tantos de acordo com seus objetivos comerciais e políticos. Mas ninguém na mídia “cria” conhecimentos. O prestígio do conhecimento percebido como autêntico é sempre produto de especialistas treinados (p. 16-17).

Toda esta concepção de realidade ensejaria um cenário favorável à parcela menor da sociedade, que é a elite financeira e que teria interesse na queda da ex-presidenta Dilma

Roussef, acionando a mídia hegemônica, para cuidar de reproduzir um discurso que auxiliasse na legitimação desta conduta.

3 METODOLOGIA

O projeto busca identificar o discurso ideológico dominante por meio da análise de textos verbais, veiculados por uma mídia tida como hegemônica, e assim revelar o quanto esta mesma mídia reproduz conceitos dominantes, os quais teriam sua raiz numa lógica de funcionamento social escravocrata, que durante muito tempo perdurou no Brasil. A pesquisa se propõe dialética no sentido de apresentar os elementos contrastantes que compõem o cenário, a fim de basear a defesa da hipótese apresentada.

Como procedimento de pesquisa, foram selecionadas as reportagens veiculadas entre os dias 25 e 31 de agosto de 2016, de edições do telejornal da TV aberta de maior audiência do país, o Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão. Para delimitar a pesquisa no âmbito de uma monografia de especialização, os objetos de análise serão as versões escritas destas reportagens, publicadas na *site* do telejornal.

O período escolhido para a análise contempla a última etapa da tramitação do pedido de *impeachment* da ex-presidenta da república, Dilma Rousseff. O objetivo é delimitar um período a ser analisado, que aborde um assunto conhecido e que divida opiniões. Durante essa época, várias notícias foram publicadas, fatos foram registrados por meio de discursos diferenciados, expondo a multiplicidade de leituras sobre o mesmo fato e evidenciando os pontos de vista divergentes e que revelam o lugar social e, conseqüentemente, o discurso ideológico que compõem cada texto.

4 ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Durante o mês de agosto de 2016, mais especificamente nos dias 25, 26, 27, 29, 30 e 31, foram veiculadas, no JN, notícias relacionadas ao último período que abrangeu a tramitação do pedido de *impeachment* da então Presidenta Dilma Roussef e estas serão o foco da proposta deste trabalho. Elas apareceram em sua versão televisiva e, posteriormente, foram reproduzidas na íntegra em seu sítio na *web*, com a transcrição exata da locução do âncora, da narração do reporter e das falas dos entrevistados. A maior parte das notícias estavam disponíveis no formato de texto, acompanhadas do vídeo da reportagem. Porém, neste trabalho, as matérias foram analisadas apenas a partir do texto escrito, o que é importante

afirmar, constitui uma perda para esta análise, já que a postura do apresentador contribuiria para complementar a análise e a formulação das considerações finais.

As notícias serão analisadas pelos seguintes critérios baseados nas propostas de AD de Pecheux/ Orlandi:

- Relação discurso e ideologia;
- O significado depende de quem e de onde se enuncia;

São elas (título e subtítulo):

25/08/2016 - Processo de impeachment de Dilma começou há 9 meses; veja resumo - Protestos nas ruas surgiram no início do segundo mandato. Cunha aceitou pedido de *impeachment* por crime de responsabilidade;

25/08/2016 - Senado começa a julgar presidente afastada, Dilma Rousseff - É a última fase do processo que vai decidir se Dilma será definitivamente afastada ou se voltará a governar o país;

26/08/2016 - Segundo dia de julgamento de Dilma tem bate-boca entre senadores -Troca de ofensas envolveu Lindbergh, Caiado, Gleisi e Renan. Confusão foi tanta que Lewandowski antecipou o almoço;

26/08/2016 - Clima tenso atrasou depoimento de testemunhas no Senado - Informante defendeu decisões de Dilma para enfrentar a crise. Testemunha diz que ela não teve intenção de cometer crime;

27/08/2016 - Julgamento de Dilma Rousseff entra no terceiro dia - Ex-ministro da presidente afastada fala como testemunha de defesa. Nelson Barbosa diz que Dilma não cometeu crime de responsabilidade;

29/08/2016 - Dilma se defende pessoalmente em longa sessão no Senado - Dilma Rousseff lembrou que foi eleita com 154 milhões de votos. Disse que jamais praticaria atos contrários aos interesses de seus eleitores;

29/08/2016 - Após discurso de defesa, Dilma é interrogada pelos senadores - Cada senador teve cinco minutos para fazer perguntas. Presidente afastada teve tempo livre para responder;

30/08/2016 - Dilma faz considerações finais e repete que não cometeu crime - Arguição de Dilma se estendeu pela noite de segunda-feira (29). Última pergunta foi da advogada de acusação, Janaína Paschoal;

30/08/2016 - Acusação apresenta argumentos finais no julgamento do *impeachment* - Janaína Paschoal foi a primeira a falar pela acusação. Miguel Reale Júnior disse que julgamento seguiu rigorosamente a lei;

30/08/2016 - Durante defesa, Cardozo faz histórico da luta de Dilma contra a ditadura - Ele disse que presidente afastada é vítima de uma perseguição política. Na saída, chorou: 'Nunca deixei de me emocionar diante da injustiça';

30/08/2016 - Senadores usam momento do discurso para declarar voto - Depois da fala da defesa e acusação, senadores debatem. Defensores de Dilma dizem que ainda é possível reverter votos;

31/08/2016 - Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff; Temer assume - Aliados de Dilma conseguiram que a decisão fosse tomada em duas votações. Dilma perde cargo, mas não fica proibida de exercer cargo público;

31/08/2016 - Impeachment de Dilma: 61 votam 'sim' e 20 votam 'não' no Senado - Senadores favoráveis ao impeachment cantaram o hino nacional. Calheiros e Collor votaram pelo impeachment de Dilma Rousseff;

31/08/2016 - Senadores decidem que Dilma está habilitada a exercer funções públicas - Votação começou após decisão do impeachment. Senadores do PSDB e do Democratas ficaram surpresos com Renan;

31/08/2016 - Michel Temer faz o juramento para tomar posse como presidente - Temer pediu uma cerimônia simples e rápida. De volta ao Planalto, fez a primeira reunião ministerial como presidente efetivo;

31/08/2016 - Após ser afastada, Dilma promete 'oposição determinada' - Ex-presidente afirma que golpe parlamentar foi consumado. Dilma diz que sai sem ter traído qualquer de seus compromissos;

Inicialmente, é importante observar que, na mesma edição em que são veiculadas notícias sobre o andamento do julgamento da ex-presidenta, outras relacionadas ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, antecessor de Rouseff e principal líder político ligado à ex-presidenta, são também veiculadas, com anúncios a respeito de supostas irregularidades, ou ainda, outras abordagens desqualificando a presidenta ré:

25/08/2016 - Laudo diz que depoimento de Lula contradiz texto em celular de ex-OAS - À PF, Lula disse que não conhecia o ex-executivo da OAS Paulo Gordilho. Mas no celular, Gordilho escreve que iria a 'churrasco na fazenda de Lula';

26/08/2016 - PF indicia Lula, Marisa e mais três na investigação do triplex em Guarujá - Lula foi indiciado por corrupção, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Instituto Lula e advogado classificaram relatório da PF como peça de ficção;

29/08/2016 - Planalto desmente afirmações de Dilma sobre fim de direitos - ‘Não se cogita revogar a Consolidação das Leis do Trabalho’, diz a nota. Propostas respeitarão direitos e garantias constitucionais, segundo o texto;

29/08/2016 - Onze estados e o DF têm protestos contra o impeachment - Em Brasília, os manifestantes foram para a Esplanada dos Ministérios. Em São Paulo, policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo;

30/08/2016 - Instituto Lula recebe notificação da Receita Federal - Fiscais identificaram gastos que o instituto não poderia ter feito. Instituto corre risco de perder isenção de impostos de 2011;

31/08/2016 - Senado cria polêmica com decisão de não tornar Dilma inelegível - Dúvida é se a lei da ficha limpa se aplicaria à ex-presidente. Questão poderá ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal;

A leitura possível que a audiência pode fazer é a de que o processo de *impeachment* poderia estar vindo a calhar, diante de uma líder que, apesar de eleita legitimamente, estaria envolvida, na história recente, com organizações ou pessoas influentes socialmente e responsáveis por questões negativas e estranhas à prática política e representativa e, por isso, inadequadas a um líder popular eleito.

Como já afirmado anteriormente, a mídia se configura num verdadeiro porta-voz da elite econômica do país. Isso é possível por se constatar que, segundo Bourdieu, 2009 (*apud* Souza, 2013, p. 180), “O jornalismo é um dos campos mais abrangentes da cultura social e individual; no entanto, não é imune à subordinação à lógica comercial, e esta impõe suas limitações aos outros universos”. Ou seja, os índices de audiência são determinantes na formulação do editorial e a economia acaba orientando o tom da abordagem do jornalismo. A TV vive basicamente da publicidade que promove, portanto faz sentido que os assuntos e suas abordagens atendam aos interesses dos patrocinadores. Some-se a isso o fato de que 63% da população tem a TV como o meio de comunicação mais utilizado, que 77% assiste TV todos os dias e que 51% confia muitas vezes ou confia sempre nas notícias que circulam na TV⁷, temos uma unívoca e poderosa ferramenta de formação da opinião pública.

⁷ Segundo site <http://pesquisademidia.gov.br/#/Televis%C3%A3o>

A relação entre discurso e ideologia, que é o que se analisa aqui, fica evidente ao se apoiar nos conceitos de formação ideológica e formação discursiva, que estão diretamente relacionados às representações das práticas institucionais de determinado grupo social, as quais revelam a compreensão de mundo de cada grupo.

Nos discursos ocorridos na reportagem de 25/08/2016 - “Processo de impeachment de Dilma começou há 9 meses; veja resumo” - o Jornal Nacional aborda o primeiro dia da última etapa do julgamento de Dilma Rousseff e procura fazer um resumo de todo o período de tramitação, análise e julgamento, destacando o que periódico acredita serem os pontos principais para o entdimento do processo até a data em questão. Em seu subtítulo - **“Protestos nas ruas surgiram no início do segundo mandato. Cunha aceitou pedido de impeachment por crime de responsabilidade”** - é possível notar que, logo de saída, o texto sugere que o processo teria sido uma demanda de manifestações públicas, legítimas, e que o impedimento seria um consenso entre a população, quando na verdade apresenta a vontade de uma parcela significativa, porém correspondente àquela que perdeu as últimas eleições. Além disso, a continuação da chamada direciona a leitura para a confirmação do suposto crime de responsabilidade, condição para abertura deste processo. As afirmações acima podem ser confirmadas ao analisar os trechos **“Foi nas ruas que a palavra ‘impeachment’ surgiu, logo no início do segundo mandato. Apenas dois meses e meio de governo.”** e **“depois de negar sucessivos pedidos de impeachment, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia de crime de responsabilidade”**.

No primeiro, há a reafirmação de que o impeachment seria o reflexo mesmo do descontentamento da população e fim necessário para a satisfação da maioria, além de insinuar que o governo eleito, desde o início, seria desqualificado e merecedor de uma revisão. No segundo trecho, há o indício de que teria havido resistência para a abertura do processo, ou seja, tal pedido não seria apenas o resultado de uma insatisfação da oposição ou uma solução da qual se lança mão para resolver qualquer problema de determinado governo: realmente teria sido necessário aceitar o pedido, tendo em vista tantos outros já solicitados, o que poderia servir para representar uma insatisfação generalizada com o governo recém-eleito.

A “notícia-retrospectiva” segue narrando seu recorte dos acontecimentos que marcaram todo o trâmite do processo. Se referindo ainda ao período do aceite do processo pelo então presidente da câmara, o jornal discorre que

Nas várias vezes em que recorreu, alegando inconstitucionalidade, **Dilma teve os pedidos negados**. A legalidade do processo foi assegurada. O Supremo Tribunal Federal deu respaldo jurídico - foi o fiel da balança ao longo de todo o processo.

O trecho informa que Dilma alegou várias vezes que se tratava de um processo que feria a Constituição Federal (CF), mas teve todos os seus pedidos negados, o que pode representar uma perda de credibilidade perante a opinião pública. Ademais, ao colocar que a legalidade do processo foi assegurada, é possível entender que houve a necessidade de se forjar uma situação, uma narrativa, que se “encaixasse” nos trâmites legais previstos na CF e que tornasse possível a afirmação de que todo o processo ocorreu dentro da lei, assegurando o contra-argumento ao discurso do golpe.

Mais a frente, quando o jornal aborda o período em que o processo seguiu para o Senado Federal, é citado um recorte de um discurso de Rousseff: “‘Esse processo tem nome: o nome é golpe’, disse Dilma”. A partir disso, o veículo informa que “**De tanto insistir** que o impeachment **seria ilegal**, Dilma e seus aliados chamaram a atenção dos ministros do Supremo.” Neste trecho, o Jornal se usa do advérbio de intensidade **tanto**, o que denota certa intolerância para com o discurso da defesa, além de insinuar uma parcialidade favorável ao impedimento da ex-presidenta. Além disso, o uso do futuro do pretérito em “**seria ilegal**”, demonstra exatamente que a tendência do editorial do Jornal estava a favor do processo do impedimento, ou seja, considera o processo como sendo legal. Depois, termina citando uma outra fala, desta vez do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, em que ele diz que “**Não se trata de um golpe**. Todas as democracias têm mecanismos de controles. E um processo de *impeachment* é um tipo de controle”. Ao escolher especificamente esta fala do Ministro, o Jornal enseja, justifica e legitima o *impeachment*. Ao colocar desta forma, depreende-se que o impedimento de fato é legal e necessário (antes mesmo do julgamento), sobrando para a acusada apenas um discurso quase sem peso na disputa dos argumentos. Dilma não estaria tentando demonstrar possíveis irregularidades no processo, mas apenas superficialmente insistindo que o impedimento é ilegal.

Após a retrospectiva do *impeachment*, na mesma edição, o Jornal apresenta uma reportagem que procurou cobrir sinteticamente como foi o primeiro dia de julgamento. O texto basicamente relata e transcreve falas de acusações, defesas e argumentos dos lados envolvidos. Ao descrever a continuidade da sessão na parte da tarde, a matéria dá destaque para o depoimento de um informante, o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira. A citação do depoimento de Oliveira é introduzido pela assertiva “Ele reafirmou a ilegalidade das pedaladas fiscais.” Ao fazer isso, o

Jornal ratifica o depoimento do informante, ao contrário do que se espera do jornalismo: justo e sem dissimulações.

Ao final da reportagem, o texto apresenta um trecho que faz referência às reações do então presidente em exercício, Michel Temer: “À tarde, ao ser perguntado se estava nervoso, ansioso com o julgamento, **Temer respondeu que não, que o impeachment é uma coisa natural da democracia.**” Aqui, o Jornal recorre ao discurso indireto para colocar a fala do presidente em exercício, o que não se recomenda, caso se queira passar a ideia de fidelidade e veracidade ao discurso. Além disso, ao dizer que o impeachment é uma coisa natural da democracia, diminui-se a importância do evento e torna-o mais fácil de aceitá-lo.

Em reportagem do dia 26/08/2016, o texto cita parte do depoimento de uma testemunha de acusação de Dilma, com argumentos técnicos:

Existem dois impactos ou **dois possíveis danos ao erário**: um de maneira indireta e outro de maneira direta. **De maneira indireta**, porque toda perda de credibilidade que decorre da prática dessas operações irregulares que contrariam a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe **aumento de taxa de juros. De maneira direta**, acho que é algo mais objetivo, especificamente em relação ao Banco do Brasil, Plano Safra, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige da instituição financeira que concede crédito ao ente federado que demonstre estar cumprindo todas as condicionantes estabelecidas por esta lei complementar, a LRF, para contratação daquela operação de crédito.

Ao mesmo tempo, dá ênfase a discursos da defesa sem a mesma qualidade, ressaltando que esta apenas desqualificava os discursos das testemunhas a favor do impedimento e fazia discussões com a acusação apenas com o objetivo de tensionar a discussão, como em “A sessão recomeçou, na manhã desta sexta, com **aliados da presidente afastada tentando desqualificar** o depoimento de Antônio D’Ávila.”

Ainda na edição do dia 26, o subtítulo da reportagem que diz “Informante defendeu decisões de Dilma para enfrentar a crise. **Testemunha diz que ela não teve intenção de cometer crime.**” direciona a leitura para a conclusão de que houve o crime, porém sem a intenção cometê-lo.

No dia 29, a própria presidenta afastada decide ir pessoal e voluntariamente ao julgamento para fazer a sua defesa. Ao cobrir este dia, o JN cita trechos do depoimento e destaca que Rousseff “Disse que jamais praticaria atos contrários aos interesses de seus eleitores. E, **como em outras ocasiões, admitiu que errou, mas não apontou que erro foi esse.**” Dessa forma, o jornal busca, por meio de um recorte do discurso da ex-presidenta, suspender a defesa de Dilma. Ao reproduzir o trecho em que Rousseff admite ter cometido erros, o veículo destaca, em leitura própria, que ela, ao mesmo tempo, não define o erro,

pondo em dúvida o discurso diante da opinião pública. Aqui, é possível constatar a falta de isenção na cobertura do evento.

Ainda na mesma edição, após se pronunciar em sua defesa, Dilma é interrogada pelos senadores. No texto da reportagem, o jornal destaca a intervenção do senador Cassio Cunha Lima, em que o parlamentar “disse que **o processo de impeachment foi construído a partir das ruas**. Defendeu a perda do mandato de Dilma e **reclamou que ela não respondia às perguntas**. Mais uma vez, é possível notar o argumento de que o *impeachment* teria sido uma decorrência do clamor das ruas, coincidindo com a retrospectiva elaborada pelo mesmo veículo, quando do início desta última etapa do processo. Neste mesmo trecho, o senador deixa clara a disputa de narrativa envolvida no julgamento. Cunha Lima argumenta que Rousseff não responde às perguntas, quando o que ocorre são respostas que não satisfazem a acusação, pois tratam-se de leituras discrepantes dos mesmos atos.

É importante notar que, na mesma edição, o jornal veiculou reportagem sob o título “**Planalto desmente** afirmações de Dilma sobre fim de direitos”, em que é possível encontrar o trecho “No início da noite desta segunda-feira (29), a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto divulgou uma **nota com desmentidos** a afirmações da presidente afastada Dilma Rousseff. Ao se utilizar dos termos “**desmente**” e “**nota com desmentidos**”, o Jornal, indiretamente corrobora com a ideia de que a presidenta-ré teria de fato mentido ao se pronunciar em sua defesa.

Em outra reportagem da mesma edição, o JN veiculou notícia em que divulga manifestações e protestos contra o *impeachment*, no Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. A notícia é curta e dá ênfase para negatividades que contribuem para a ideia de que a ré, mesmo contando com alguma defesa da população, já não tem mais um amplo apoio popular. A notícia destaca que “**A mobilização foi bem menor do que em atos anteriores.**” O texto termina dizendo que “**Um grupo tentou passar por um bloqueio da PM. Os soldados usaram bombas de gás lacrimogêneo. Logo depois, manifestantes colocaram fogo em sacos de lixo, fechando a rua.**” Da maneira como foram escritas, pode-se depreender que os defensores civis de Dilma Rousseff, além de serem poucos, seriam violentos e rebeldes ao não respeitarem um bloqueio da polícia militar, atearem fogo em sacos de lixo e fecharem a rua, transformando os manifestantes que defendem Rousseff em figuras violentas, passíveis de reprovação diante da opinião pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizar a teoria da AD francesa como apoio para perceber a parcialidade do jornalismo no Brasil, é uma forma de entender a importância da educação para a população e da democratização dos meios de comunicação. Ao buscar entender os possíveis sentidos que surgem do discurso, é possível esclarecer que este apenas tem significado na interação do contexto do qual advém. O período de tramitação e discussão do pedido de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff apresentou discursos que se confrontaram entre si, sendo, portanto, um tema válido para ser submetido à proposta da AD.

Grande parte do conhecimento da população sobre política, poderes, governo, etc., provém da mídia. Segundo Pêcheux (2002, p. 23) a mídia tende a apresentar o acontecimento como algo unívoco, desprezando as contradições inerentes à situação. No Brasil, há uma hegemonia nos meios de comunicação capitaneada pela Rede Globo e esta hegemonia não está livre de reproduzir o discurso dessa forma. Além da hegemonia da Rede Globo na audiência, nos recursos e na tecnologia operacional empregada para o seu funcionamento e difusão de suas ações e informações, que contribuem consideravelmente para a formação da opinião pública.

O Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão é representativo como órgão jornalístico em concessão pública e, para tanto, deve se pautar pelo Código de ética do jornalista e estar sujeito à lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre as concessões. No entanto, observa-se que questões relacionadas à lei como “a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público” (Cap. I, Art. 2. Par. III.), são negligenciadas em benefício da proteção de interesses privados. Caberia ao jornalismo periférico, contra-hegemônico, buscar o trato dialético dessas questões consideradas de interesse público. A cobertura do *impeachment* por meio das reportagens analisadas denotam um posicionamento indevido da emissora, a qual deveria manter o papel de mediadora das informações e oferecer as audiência a possibilidade de ponderar os acontecimentos a partir das informações veiculadas, desviando da condenação antes do julgamento.

No primeiro dia da última etapa do julgamento de Dilma Rousseff, foi ao ar pelo JN uma reportagem que fez uma breve retrospectiva de todo o trâmite do processo, desde o seu aceite pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha até aquele presente momento. A tendência do Jornal pela condenação da ex-presidenta emerge da escolha de determinadas expressões e palavras, contribuindo para a criação de um contexto favorável e legitimador do impedimento.

Esta forma de apresentar os acontecimentos de maneira expressa, unívoca, dissimula e torna quase imperceptível o contexto da formação discursiva e ideológica que cria e é o próprio discurso. A AD torna possível identificar esta espécie de território vivo e que apresenta os fundamentos dos interesses envolvidos. O caráter dialético da análise permite verificar a equivocidade do discurso.

Assim, a leitura que se faz da possibilidade do afastamento de Rousseff é a de que seria viável, diante dos motivos apresentados pela acusação (e pela emissora) e a fragilidade da defesa, desenhada também pela acusação, com o auxílio da mídia hegemônica.

O fato de que grande parte do conhecimento popular sobre a realidade natural e social provém da mídia e de haver uma hegemonia nos meios de comunicação é que se acredita que se cria uma cultura da leitura unívoca dos acontecimentos. Este formato tendencioso pode contribuir para que haja uma resistência ou dificuldade, por parte do brasileiro médio, de perceber a necessidade (e a inevitabilidade) de leituras diversas dos acontecimentos, ou de refletir sobre os interesses e pontos de vista envolvidos nos acontecimentos e que devem ser considerados ao se produzir uma notícia ou reportagem.

Os meios de comunicação precisam ser plurais. Somente com a oportunidade do contato com leituras diversas da realidade é que se pode pretender um entendimento mais justo e qualificado dos fatos. A AD pode ser um meio eficaz para constatar os interesses envolvidos no discurso e, com isso, contribuir para a democratização dos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. São Paulo: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**. São Paulo: Pontes Editora, 2015.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Editora Unicamp, 2014.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Leya, 2017.

ANEXOS

Reportagens analisadas:

25/08/2016 21h04 - Atualizado em 25/08/2016 21h08

Processo de impeachment de Dilma começou há 9 meses; veja resumo

Protestos nas ruas surgiram no início do segundo mandato. Cunha aceitou pedido de impeachment por crime de responsabilidade.

O Senado começou nesta quinta-feira (25) o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff. É a última fase do processo que começou há nove meses. Mas antes de mostrar essa sessão comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, o Jornal Nacional relembra os fatos que deram origem ao processo. É um resumo que ajuda a entender os argumentos da acusação e da defesa da presidente afastada.

Foi nas ruas que a palavra ‘impeachment’ surgiu, logo no início do segundo mandato. Apenas dois meses e meio de governo. Ao longo do ano, defensores de Dilma também foram à luta. Manifestações dos dois lados.

Mas antes que 2015 chegasse ao fim, e depois de negar sucessivos pedidos de impeachment, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia de crime de responsabilidade: a pedalada fiscal do Plano Safra e a edição de decretos liberando dinheiro para gastos sem autorização do Congresso. Três juristas assinaram a denúncia: Miguel Reali Júnior, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal.

Cunha: “Não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato”.

No Palácio do Planalto, indignação:

Dilma: “Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim”.

Governistas alegaram que Eduardo Cunha estava apenas se vingando do PT. É que naquele mesmo 2 de dezembro, a bancada do partido anunciou que nada faria para barrar a abertura do processo de cassação do então presidente da Câmara.

Humberto Costa: “Foi uma retaliação”.

Na Câmara dos Deputados, nervos expostos. Depois de muita confusão, uma chapa alternativa para a comissão especial do impeachment foi aprovada. Mas antes que o dia acabasse, o ministro do STF, Edson Fachin, mandou parar tudo.

Os ministros do STF definiram o rito do impeachment e a ordem de votação na Câmara. Nas várias vezes em que recorreu, alegando inconstitucionalidade, Dilma teve os pedidos negados. A legalidade do processo foi assegurada. O Supremo Tribunal Federal deu respaldo jurídico - foi o fiel da balança ao longo de todo o processo.

Luís Roberto Barroso: “O nosso papel é proteger as instituições”.

Trezentos e sessenta e sete deputados confirmaram o parecer aprovado pela comissão especial do impeachment, que acatou as denúncias. Sinal verde para o Senado definir o futuro de Dilma Rousseff, que se considerou injustiçada.

“Esse processo tem nome: o nome é golpe”, disse Dilma.

De tanto insistir que o impeachment seria ilegal, Dilma e seus aliados chamaram a atenção dos ministros do Supremo.

Dias Toffoli: “Não se trata de um golpe. Todas as democracias têm mecanismos de controles. E um processo de impeachment é um tipo de controle”.

Com a abertura do processo no Senado Federal, Dilma Rousseff teve que se afastar do cargo. Michel Temer assumiu interinamente a Presidência da República.

A partir daí, foram três meses de intensos debates: testemunhas, provas, discursos, bate-boca. Em agosto, numa sessão que varou a madrugada, 59 dos 81 senadores aprovaram o relatório do senador Antônio Anastasia, do PSDB, e Dilma Rousseff virou ré.

Anastasia: “Tanto no episódio dos decretos, quanto no das pedaladas, a presidente pretendeu dar continuidade a práticas manifestamente ilegais para sustentar politicamente o início de seu segundo mandato”.

Nesse momento, o processo de impeachment já estava sob o comando do presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Em busca de apoio, a presidente afastada divulgou uma mensagem ao senado e ao povo brasileiro: “Que não houve crime de responsabilidade. Que sou inocente”.

Como última cartada, Dilma já confirmou: segunda-feira, dia 29, vai pessoalmente se defender no Senado.

Senado começa a julgar presidente afastada, Dilma Rousseff

É a última fase do processo que vai decidir se Dilma será definitivamente afastada ou se voltará a governar o país.

Nesta quinta-feira (25), no Senado, foi aberto o julgamento que vai decidir se Dilma será definitivamente afastada ou se voltará a governar o país.

O presidente do Supremo Tribunal Federal abriu o julgamento com um apelo aos senadores, que fazem o papel de juízes no processo de impeachment.

“Pelos princípios da independência, da imparcialidade, do conhecimento e da capacitação, agindo com cortesia, transparência, prudência, diligência, integridade, dignidade, honra e decoro”, disse Ricardo Lewandowski, presidente do STF.

O apelo não evitou confrontos no plenário. Aliados da presidente afastada, Dilma Rousseff, reclamaram de um jantar do presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, com o presidente em exercício, Michel Temer, na quarta-feira (24), que teria o objetivo de acertar a conclusão do julgamento um dia antes.

“Não foi um mero jantar, foi quase que uma proposta, ou quase que um assegurar do senador Renan Calheiros, colocado nos jornais, de que esse processo poderia ser adiantado”, reclamou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), vice-líder do partido.

Aliados de Temer lembraram que Renan também se reuniu com Dilma na semana passada. A senadora Simone Tebet, do PMDB, argumentou que não é Renan quem dita o ritmo da sessão.

“Apenas para que fique registrado e tranquilize os aliados da presidente afastada Dilma Rousseff, que quem preside esse processo de julgamento não é o presidente do Senado, Renan Calheiros”, disse.

Depois, o protesto foi dos senadores favoráveis ao impeachment, que acusaram aliados de Dilma de manobrar para atrasar o julgamento com dez questões de ordem, pedidos já negados anteriormente por Lewandowski, como para trocar o relator, fazer novas diligências, arquivar o processo, suspender a sessão.

“O meu protesto, também na mesma linha da argumentação da senadora Simone Tebet, é contra o abuso, o abuso que está sendo praticado pela bancada que apoia a presidente Dilma, abuso das suas prerrogativas processuais. E aí se chama chicana, chicana”, disse o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), líder do governo.

“Vários senadores e senadoras concordam, inclusive a defesa, com os argumentos da questão de ordem, que são procedentes sim. Pode até vossa excelência julgar em contrário, mas eles são procedentes sim. Tenha certeza, vossa excelência, nem queremos procrastinar e muito menos nos dirigir a vossa excelência com desrespeito, senador”, apontou a senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), líder do partido.

Esses desentendimentos viraram bate-boca quando a senadora Gleisi se exaltou e atacou: “Qual moral é a moral deste Senado para julgar a presidente, qual é a moral que têm os senadores aqui para dizer que ela é culpada, para cassar, quero saber. Qual é a moral que vocês têm? A metade aqui não”.

Os ânimos continuaram exaltados, mesmo com a sessão suspensa.

Só depois de cinco horas do início da sessão, o ministro Ricardo Lewandowski chamou para depor a primeira testemunha, o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Júlio Marcelo de Oliveira.

Testemunha de acusação, o procurador foi quem denunciou as pedaladas fiscais, consideradas pelo TCU empréstimos ilegais de bancos públicos ao governo.

O advogado de Dilma tentou cancelar o depoimento de Júlio Marcelo, alegando que ele havia se manifestado por uma rede social a favor de um protesto contra a presidente afastada. Acusação negada pelo procurador.

Lewandowski manteve o depoimento, mas decidiu que Júlio Marceloalaria apenas na condição de informante, não de testemunha.

O procurador disse que mantinha o compromisso de falar a verdade.

“Sendo provados ou confessados - e, a meu ver, sua senhoria confessou a participação nesse ato - os fatos a que se refere o parágrafo 1º, o juiz dispensará a testemunha ou lhe tomará o depoimento como informante”, explicou Lewandowski.

Ele reafirmou a ilegalidade das pedaladas fiscais. “A utilização dos bancos públicos federais como uma fonte de recursos para o financiamento de políticas públicas configura uma operação de crédito vedada pela lei de responsabilidade fiscal”, disse Júlio Marcelo de Oliveira.

Também repetiu que considera que Dilma cometeu crime de responsabilidade ao assinar decretos para gastos sem autorização do Congresso.

“Feriram a Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei orçamentária e a Constituição da República, que prevê os atos atentatórios contra as leis orçamentárias e contra o cumprimento das leis do país como uma hipótese de crime de responsabilidade”, afirmou Júlio Marcelo.

Ao defender os atos de Dilma, o senador Lindberg Farias, do PT, citou a aprovação da meta fiscal de Michel Temer com déficit de R\$ 170 bilhões. E disse que seria uma forma de tentar escapar de uma acusação futura no TCU.

“Assumi o Temer e o que que ele fez? Colocou a meta de 170 bi porque ele não quer ser importunado pelos senhores, não quer passar por um processo de impeachment. Com a imprevisibilidade atual da receita, o governo federal colocará uma meta suficientemente ampla, que lhe garanta não ser acusado futuramente pelo TCU de estar praticando pedaladas fiscais”, disse o senador.

O procurador rebateu. E disse que no caso do governo Temer o déficit foi autorizado pelo Congresso.

“Não é o TCU que tem essa responsabilidade. Vossa excelência está querendo passar para o TCU uma responsabilidade que não cabe ao TCU como órgão de controle. Não é ele que define a meta. Vossa Excelência diz: ‘O novo presidente estabeleceu uma meta’. Não foi ele que a estabeleceu, foi o Congresso Nacional”, declarou o informante.

A sessão foi suspensa às 18h e recomeçou às 19h. E por volta das 20h40, os senadores continuavam ouvindo Júlio Marcelo de Oliveira, o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Um senador ainda estava escrito para fazer perguntas para eles. Oposição e defesa também poderão questioná-lo. Em seguida, vai começar a ser ouvido Antonio Carlo de Carvalho, auditor do tribunal de contas da União e testemunha de acusação.

A ideia inicial era ouvir quatro testemunhas nesta quinta-feira (25), duas da acusação e duas da defesa. Parece difícil que isso aconteça.

A sessão está prevista para recomeçar na sexta-feira (26), às 9h. O questionamento das testemunhas deve entrar pelo fim de semana.

Na noite desta quinta-feira (25), a presidente afastada Dilma Rousseff foi intimada formalmente pelo ministro Ricardo Lewandowski para comparecer na próxima segunda-feira (29). Na própria intimação, Lewandoswki deixa claro que ela só virá se quiser. Dilma já disse que vem. O ex-presidente Lula também deve ir, mas só para acompanhar o depoimento.

Dilma passou o dia reunida com aliados, entre eles os ex-ministros Jaques Wagner e Miguel Rossetto, para preparar o depoimento.

Já o presidente em exercício, Michel Temer, não está acompanhando a sessão. Mas está sendo informado sobre o que está acontecendo pelo ministro Geddel Vieira Lima. À tarde, ao ser perguntado se estava nervoso, ansioso com o julgamento, Temer respondeu que não, que o impeachment é uma coisa natural da democracia.

Laudo diz que depoimento de Lula contradiz texto em celular de ex-OAS

À PF, Lula disse que não conhecia o ex-executivo da OAS Paulo Gordilho. Mas no celular, Gordilho escreve que iria a 'churrasco na fazenda de Lula'.

Um laudo de peritos da Operação Lava Jato apontou contradições entre o depoimento do ex-presidente Lula à Polícia Federal e as provas que foram encontradas no celular de um ex-executivo da empreiteira OAS.

Duas fotos mostram o ex-presidente Lula com o ex-executivo da OAS Paulo Gordilho. Para os peritos, as fotos demonstram haver relação de proximidade entre os dois.

Em março, quando Lula foi obrigado a depor na 24ª fase da Operação Lava Jato, ele disse que não conhecia Gordilho.

Gordilho foi um dos responsáveis por reformas no sítio de Atibaia e no triplex em Guarujá. Lula afirma que os imóveis não são dele.

Os peritos dizem que mensagens encontradas no celular de Paulo Gordillo mostram que ele esteve com Lula e tratou de assuntos ligados às obras do sítio de Atibaia.

Numa delas, Gordilho escreveu à filha:

“Sigilo absoluto, hein. Amanhã vou em um churrasco em Atibaia com o Léo. É na fazenda de Lula”.

Léo seria Léo Pinheiro, um dos donos da OAS, condenado a 16 de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no esquema da Petrobras.

O relatório dos peritos não informa quando as mensagens foram trocas. Sobre as investigações no triplex o Ministério Público pediu ao juiz Sérgio Moro mais 90 dias para concluir o inquérito. Os procuradores querem tempo para que a Polícia Federal possa analisar o material apreendido durante a Lava Jato.

O Instituto Lula afirmou que as escrituras mostram que o apartamento em Guarujá e o sítio de Atibaia não são do ex-presidente. E que Lula nunca negou ter frequentado o sítio da família Bittar depois de ter deixado a Presidência.

O instituto afirmou ainda que, no depoimento de março, Lula respondeu que não conhecia Paulo Gordilho de nome.

Que ele não é obrigado a conhecer ou se lembrar de todas as pessoas com quem tirou foto, muito menos o nome completo de alguém que tirou foto com ele dois anos antes do depoimento.

O instituto afirmou ainda que o ex-presidente não cometeu nenhum crime durante e depois da Presidência da República.

As defesas da OAS, de Léo Pinheiro e o próprio Paulo Gordilho não quiseram comentar.

26/08/2016 21h04 - Atualizado em 26/08/2016 21h04

Segundo dia de julgamento de Dilma tem bate-boca entre senadores

Troca de ofensas envolveu Lindbergh, Caiado, Gleisi e Renan. Confusão foi tanta que Lewandowski antecipou o almoço.

A sessão do julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff no Senado foi retomada na manhã desta sexta-feira (26) em clima tenso, com bate-boca, depois de uma interrupção de cerca de nove horas.

Passava da meia-noite desta sexta-feira (26) quando terminou o depoimento do auditor do Tribunal de Contas da União, Antônio D'Ávila, testemunha de acusação. D'Ávila disse que considera que a presidente afastada Dilma Rousseff desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal com a pedalada do Plano Safra, ao atrasar o pagamento ao Banco do Brasil do dinheiro liberado para os agricultores, o que o TCU considerou um empréstimo ilegal.

“Existem dois impactos ou dois possíveis danos ao erário: um de maneira indireta e outro de maneira direta. De maneira indireta, porque toda perda de credibilidade que decorre da prática dessas operações irregulares que contrariam a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe aumento de taxa de juros. De maneira direta, acho que é algo mais objetivo, especificamente em relação ao Banco do Brasil, Plano Safra, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige da instituição financeira que concede crédito ao ente federado que demonstre estar cumprindo todas as condicionantes estabelecidas por esta lei complementar, a LRF, para contratação daquela operação de crédito”, afirmou Antonio Carlos Costa D'Ávila.

A sessão recomeçou, na manhã desta sexta, com aliados da presidente afastada tentando desqualificar o depoimento de Antônio D'Ávila. Acusaram o auditor do TCU de falta de isenção e pediram que ele deixasse de ser testemunha para virar informante. Como o informante não faz juramento de dizer a verdade, se mentir diante do juiz não pode ser punido. O pedido foi negado pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski.

A queda-de-braço sobre as testemunhas teve mais uma etapa, quando o advogado de defesa de Dilma, Eduardo Cardozo, abriu mão de ouvir o depoimento da professora Esther Dweck. Ex-secretária de Orçamento do Ministério do Planejamento, Esther Dweck era uma das principais testemunhas da presidente afastada.

Cardozo se antecipou a uma questão de ordem que seria feita pelo senador Ronaldo Caiado, do Democratas, que descobriu que a professora seria contratada para trabalhar com a senadora Gleisi Hoffman, do PT, uma das mais ferrenhas defensoras de Dilma.

“Não muda nada, porque ela tem um vínculo de origem, ela é funcionária de carreira, ela é professora da UFRJ. Mas eu não quero expor a doutora Esther Dweck à ataque de vingança”, declarou.

O caso provocou debate no plenário. Os senadores Ronaldo Caiado e Lindbergh Farias voltaram a se estranhar. Na quinta-feira (25), depois de Gleisi dizer que o Senado não tinha moral para julgar a presidente, Caiado chamou a senadora de assaltante de aposentados, uma citação a Operação Custo Brasil que investiga o marido de Gleisi, Paulo Bernardo, por supostos desvios de dinheiro de empréstimos consignados de funcionários e ex-funcionários públicos. Lindbergh reagiu. Nesta sexta, Caiado acusou Gleisi de tentar aliciar a testemunha Esther Dweck com a oferta de emprego.

“Ora, o cargo: assessor parlamentar; local de exercício: gabinete da senadora Gleisi Hoffmann; assinatura da senadora Gleisi Hoffmann. Este é o documento”, declarou Ronaldo Caiado (DEM-GO).

“Esse senador que me antecedeu é um desqualificado. O que ele fez com a senadora Gleisi, o que ele insinuou...”, acusou Lindbergh Farias (PT-RJ)

Lewandoswki tentou controlar os ânimos sem sucesso.

“Eu não posso admitir palavras injuriosas dirigidas a qualquer senador, vou usar o meu poder de polícia para exigir respeito mútuo e recíproco”, afirmou.

Lewandowski se retirou da mesa. Voltou alguns minutos depois. Os ânimos não se acalmaram. Caiado e Lindbergh continuaram se insultando. Trocaram novas acusações.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou a mesa e pediu a palavra.

“Intervenções pela ordem repetitivas, sem sentido, de 7,8 ,10, 20 ,30 senadores. A ideia, senhor presidente, se nós não encaminharmos diferentemente, é passar para o Brasil e para o mundo, já que o mundo todo está com os olhos debruçados sobre o nosso país, a ideia de que Vossa Excelência, constitucionalmente, está sendo obrigado a um presidir um julgamento em um hospício. Não podemos passar essa impressão à sociedade brasileira. Este é um julgamento constitucional”, declarou.

Logo em seguida, Renan se envolveu em nova discussão com Gleisi e Lindbergh, e voltou ao microfone.

Renan Calheiros: Ontem, a senadora Gleisi chegou ao cúmulo, chegou ao cúmulo de dizer aqui para todo o país que o Senado Federal não tinha moral para julgar a presidente da República. Eu quero tocar fogo não! Eu quero dizer que isso não pode acontecer. Como uma senadora pode fazer uma declaração dessa? Exatamente, senhor presidente, uma senadora que, há 30 dias, o presidente do Senado Federal conseguiu no Supremo Tribunal Federal desfazer o seu indiciamento e do seu esposo.

Gleisi Hoffmann: Não é verdade; não é verdade. Não é verdade, presidente!

Jorge Viana: Que baixaria, Renan.

Renan Calheiros: Que havia sido feito pela Polícia Federal. Isso não pode acontecer, isso é um espetáculo triste que vocês estão dando para o país.

Renan disse, em nota, que se referia a petições feitas pelo Senado ao Supremo em duas ocasiões: quando houve operação de busca e apreensão no imóvel funcional ocupado pela senadora e quando ela foi indiciada pela Polícia Federal.

Diante do tumulto durante a manhã, às 11h12 Lewandowski suspendeu de novo a sessão, para voltar só à tarde.

“Eu vou suspender a sessão para anteciparmos o almoço”, disse.

Clima tenso atrasou depoimento de testemunhas no Senado

Informante defendeu decisões de Dilma para enfrentar a crise. Testemunha diz que ela não teve intenção de cometer crime.

O clima tenso entre os senadores atrasou de novo o depoimento das testemunhas. Depois que a sessão foi suspensa, o que se viu do lado de fora do plenário foram muitos grupos. Senadores, assessores e jornalistas tentando entender direito o que se passou e também em busca de uma reposta para o problema.

Foram várias reuniões e um acordo de evitar discursos ofensivos no plenário. Na volta do almoço, com os ânimos mais serenados, Lewandowski aceitou mais um pedido da defesa. Mudou o status dos professores Ricardo Lodi e Luiz Gonzaga Belluzzo de testemunhas para informantes, uma iniciativa da defesa para evitar debate sobre a isenção dos dois professores. Antes de começar o depoimento, o senador Aécio Neves, do PSDB, anunciou que os partidos que apoiam o impeachment não iriam fazer perguntas.

Belluzzo defendeu as decisões de Dilma para enfrentar a crise. A advogada da acusação, Janaina Pascoal, questionou a falta de transparência nas operações com os bancos públicos.

“É coerente, com o princípio da transparência, o fato do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES terem lançado os valores referentes, por exemplo, ao Plano Safra, ao PSI, ao ‘Minha Casa, Minha Vida’, como crédito, diante do Tesouro Nacional, e, por sua vez, o Tesouro Nacional e o Banco Central não terem lançado estes mesmos valores bilionários, que se acumularam por muitos meses, até por anos, como débito?”, declarou a advogada de acusação, Janaina Pascoal.

“Do ponto de vista das instituições de fomento, como assim se comportou a Caixa, assim se comportou o BNDES, assim se comportou o Banco do Brasil, essas práticas são habituais em todo o mundo, e eu não acho que seja falta de transparência; eu acho que é uma forma de operação”, afirmou o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

Em seguida, o professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro Geraldo Prado foi ouvido como testemunha de defesa. Ele afirmou que a presidente afastada não teve intenção de cometer crime, por isso não há como condená-la.

“Não tem onde entrar o dolo, não houve ação da presidente da República. É preciso ter uma acusação de impeachment para uma decisão de impeachment. Só que, do ponto de vista da Constituição, é preciso ter um crime de impeachment para fundamentar uma acusação de impeachment e a decisão de impeachment”, afirmou o professor Geraldo Prado.

Ao todo, são mais de 20 horas de trabalho no Senado. Como previsto, a sessão foi suspensa por volta das 18h e retomada às 19h, e os senadores continuam ouvindo o professor Geraldo Prado. E, no acordo com o presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, eles decidiram que, nesta sexta, vão ouvir apenas mais uma testemunha: o ex-secretário executivo do Ministério da Educação, Luiz Claudio Costa.

Os últimos dois depoimentos ficarão para sábado (27). O do ex-ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e o do professor de Direito Tributário Ricardo Lodi. Os dois vão falar em defesa da presidente afastada Dilma Rousseff.

Por volta das 20h40, o presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, comentou o bate-boca da manhã desta sexta. Disse que está arrependido, com uma ressaca brutal e que o comportamento dele foi um ponto fora da curva.

A senadora Gleisi Hoffmann, do PT, também falou. Disse que nunca o presidente do Senado interveio por ela para tirar indiciamento e que ela nunca pediu nada para ele, que ele estava nervoso e se confundiu.

A bancada do PT, no Senado, divulgou uma nota em solidariedade a Gleisi Hoffmann.

Os senadores, por volta de 21h15, estavam ouvindo mais uma testemunha de defesa da presidente afastada Dilma Rousseff, que passou mais um dia reunida com aliados, entre eles os ex-presidentes Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva, discutindo como vai ser o depoimento na próxima segunda-feira (29). E, no fim de semana, não vai ser diferente.

Já no Senado, a sessão de sábado deve recomeçar por volta das 9h. Em seguida, os senadores vão se reunir com o presidente do Supremo, o ministro Ricardo Lewandowski, para discutir como vai ser a segunda-feira.

Já no domingo (28), apenas os senadores que defendem o impeachment se reúnem para discutir como questionar a presidente afastada Dilma Rousseff.

PF indicia Lula, Marisa e mais três na investigação do triplex em Guarujá

Lula foi indiciado por corrupção, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Instituto Lula e advogado classificaram relatório da PF como peça de ficção.

A Polícia Federal indiciou o ex-presidente Lula, a mulher dele, Marisa Letícia, e ex-dirigentes da empreiteira OAS na investigação sobre o triplex em Guarujá.

O ex-presidente Lula foi indiciado pelos crimes de corrupção, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Marisa Letícia, corrupção e lavagem de dinheiro.

A Polícia Federal também indiciou o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, o ex-executivo da OAS Paulo Gordilho e o ex-presidente da empreiteira Léo Pinheiro, já condenado na Lava Jato.

A conclusão dos investigadores é a de que "Lula e Marisa foram beneficiários de vantagens ilícitas, por parte da OAS, em valores que alcançaram mais R\$ 2,4 milhões, referentes às

obras de reforma no apartamento do edifício Solaris, o triplex de Guarujá, bem como no custeio de armazenagem de bens do casal”.

Os policiais analisaram documentos, contratos e trocas de mensagens encontradas em celulares apreendidos. Várias mensagens foram ao longo de 2014. Numa delas, Paulo Gordilho diz a Léo Pinheiro: “O projeto da cozinha do chefe está pronto. Se marcar com a madame pode ser na hora que quiser”.

Léo Pinheiro responde: “Amanhã às 19 horas. Seria bom também ver se o de Guarujá está pronto”. E Paulo Gordilho fala: “Guarujá também está pronto”.

Os investigadores afirmam que "os termos ‘chefe’ e ‘madame’ são referências a Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa Marisa Letícia”.

Fotos incluídas no relatório mostram que Lula visitou o triplex em Guarujá, acompanhado de Léo Pinheiro.

A Polícia Federal também afirma que o ex-presidente da OAS pagou vantagem indevida a Lula quando a empreiteira arcou com as despesas do armazenamento do acervo presidencial a um custo de R\$ 1,3 milhão. Agora, o relatório vai para o Ministério Público Federal, que pode ou não apresentar uma denúncia à Justiça.

O Instituto Lula e o advogado do ex-presidente classificaram o relatório da Polícia Federal como uma peça de ficção, afirmaram que Lula não é e nunca foi dono do apartamento investigado e que não há prova ou indício de envolvimento do ex-presidente nos desvios da Petrobras.

O advogado do ex-presidente afirmou que o apartamento pertence à OAS, que a construtora é a única beneficiária das melhorias, que não houve crime de corrupção passiva porque Lula já não era presidente em 2014 e porque dona Marisa Letícia nunca foi funcionária pública.

Segundo o advogado, não houve comprovação de que eles tenham recebido dinheiro desviado da Petrobras. Ele negou que Lula tenha participado da contratação para o armazenamento do acervo presidencial.

A defesa de Paulo Okamoto afirmou que não existe vantagem ilícita e nenhum crime na contribuição para manutenção do acervo presidencial e que o acervo é privado e de interesse público e que cabe ao instituto a manutenção desse acervo.

As defesas da OAS e de Leo Pinheiro não quiseram comentar. O Jornal Nacional não conseguiu contato com Paulo Gordilho.

Julgamento de Dilma Rousseff entra no terceiro dia

Ex-ministro da presidente afastada fala como testemunha de defesa. Nelson Barbosa diz que Dilma não cometeu crime de responsabilidade.

O julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff entrou neste sábado (27) no terceiro dia. Os senadores estão ouvindo as duas últimas testemunhas apresentadas pela defesa. A repórter Cláudia Bomtempo está acompanhando a sessão.

Por volta das 20h40 deste sábado (27), os senadores ouviam Ricardo Lodi, professor de direito tributário da UERJ. Ele é o último a falar pelo lado da defesa da presidente afastada Dilma Rousseff. Doze senadores se inscreveram para perguntar. Ricardo Lodi está defendendo as ações da presidente afastada.

“A questão do atraso de pagamento das obrigações do Plano Safra não se traduzirem em operações de crédito. Essa foi uma construção, essa analogia entre atrasos inadimplimentos de obrigações ex lege e operações de crédito foi uma construção criada depois dos fatos serem supostamente praticados”, disse Ricardo Lodi, professor de direito tributário.

A expectativa do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, é que a sessão passe das 22h/23h deste sábado. Desde quinta-feira (25) foram dois depoimentos de acusação e cinco do lado da defesa da presidente afastada. O clima neste sábado no plenário estava bem mais tranquilo. Na noite de sexta-feira (26), a sessão foi até tarde.

O depoimento do ex-secretário executivo do Ministério da Educação Luiz Cláudio Costa terminou depois das 23h de sexta-feira (26).

Chamado pela defesa, ele disse que um dos decretos assinados pela presidente afastada liberou crédito orçamentário para o Ministério da Educação e não teve impacto fiscal em 2015. No processo, Dilma Rousseff é acusada de crime de responsabilidade ao editar três decretos sem autorização do Congresso.

“Esses decretos possibilitaram aos reitores, às estatais, aos órgãos do ministério fazer a sua gestão, mas não houve impacto fiscal, porque não houve limite orçamentário e muito menos recurso financeiro, ou seja, não houve empenho, nem pagamento”, disse Luiz Cláudio Costa, ex-secretário executivo Ministério da Educação.

O senador Cássio Cunha Lima, do PSDB, disse que o crime não é investir na educação e sim editar decretos sem autorização.

“O crime não está na expansão das universidades, o crime não está na ampliação das escolas técnicas, o crime reside na ausência da autorização legislativa do Congresso para estas finalidades”, disse o senador Cássio Cunha Lima, PSDB-PB, líder do partido.

Passava das 10h deste sábado (27) quando a sessão recomeçou. Foi um sábado diferente no Senado: casa cheia e muito debate.

O primeiro a falar foi o ex-ministro da Fazenda do governo Dilma, Nelson Barbosa. Ele disse que não houve ilegalidade na operação de créditos do Plano Safra, as chamadas pedaladas

fiscais. “Não é operação de crédito, não há que se falar em crime de responsabilidade, não há que se falar em violação da LRF”, disse.

Diante dos mesmos argumentos já usados por Barbosa na comissão especial do impeachment, o senador Ricardo Ferraço, do PSDB, não quis fazer perguntas: “Ele é um dos responsáveis pela construção dos equivocados, desastrosos e ilegais caminhos que levaram o nosso país ao mais absoluto caos econômico, social, político e moral, por economia processual. Vou me abster das perguntas para contribuir com a Vossa Excelência e com esse julgamento que a população não aguenta mais e quer virar a página”, afirmou.

A senadora Vanessa Grazziantin, do PC do B, reclamou: “O senador falou duas vezes. Ele não falou como inscrito”.

Ricardo Lewandowski: “Mas ele está dentro do tempo dele, senadora”.

Vanessa Grazziantin: “Ele não fez perguntas”.

O ministro Ricardo Lewandowski usou o bom humor: “Eu vejo, e a experiência tem demonstrado, que as senhoras senadoras e os senhores de manhã, tem um pouco mais de energia e que ao longo do dia ela vai caindo. Então, temos que ter um pouco de paciência”.

Depois do almoço, o líder do governo Temer, Aloysio Nunes, do PSDB, criticou Nelson Barbosa, que falou que o Tribunal de Contas da União mudou o seu entendimento sobre os decretos de crédito suplementar.

“É a terceira ou quarta vez que o senhor repete algo que é falso, é falso. Não é verdade isso o que senhor acaba de afirmar para justificar o injustificável que é o descumprimento da lei orçamentária que constitui sim crime de responsabilidade”, disse senador Aloysio Nunes, PSDB-SP, líder do governo.

“Eu não estou inventando isso senador está na análise das contas do TCU. Esta é a verdade e eu continuarei repetindo a verdade sempre aqui e em qualquer lugar”, respondeu Nelson Barbosa.

No fim do depoimento, acusação e defesa reforçaram os argumentos dos dois lados.

“De fato não está previsto o contingenciamento na Constituição, mas está previsto na lei de responsabilidade fiscal. São um dos expedientes em que se utiliza justamente para citar compatibilidade do decreto com a meta. Essa é a leitura que a defesa da senhora presidente da República vem tendo, ou seja, não se torna pela leitura que vem sendo dada algo inútil, mas efetivamente o que se faz é dar a interpretação devida a realidade devida”, afirmou José Eduardo Cardozo, advogado de Dilma Rousseff.

“O objetivo de certa forma dessa forma de gestão era não ter esses valores sendo considerados no cálculo do superávit primário, porque na medida em que o TCU determinou escritura, ou seja, contabilize, deixe isso evidente, decidiu-se pagar diretamente. Me aparece uma evidência de que o problema não era nem a falta do dinheiro, mas era a vontade de que isso não aparecesse efetivamente nas estatísticas”, disse Janaína Paschoal, advogada de acusação.

Antes de suspender a sessão para o jantar, Ricardo Lewandowski dispensou as testemunhas que já prestaram depoimento.

29/08/2016 21h10 - Atualizado em 29/08/2016 21h42

Dilma se defende pessoalmente em longa sessão no Senado

Dilma Rousseff lembrou que foi eleita com 154 milhões de votos. Disse que jamais praticaria atos contrários aos interesses de seus eleitores.

Às 20h40, já passava de dez horas a sessão no plenário do Senado em que Dilma Rousseff se defende pessoalmente no processo de impeachment.

Às 8h54 da manhã, a comitiva da presidente afastada Dilma Rousseff deixou o Palácio da Alvorada para percorrer os seis quilômetros até o Senado. Dilma desceu na entrada principal do Congresso acompanhada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ganhou botões de rosa e cumprimentou senadores que foram recebê-la. Seguiu direto para o gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, para a sala reservada a ela.

Às 9h42, a presidente afastada entrou no plenário. Recebeu cumprimentos enquanto caminhava em direção à mesa. O plenário lotado de senadores esperava por ela.

Nas galerias, foram reservados dois espaços para os convidados, separados pela área ocupada pela imprensa. De um lado, os convidados de Dilma. Do outro, os convidados dos autores do pedido de impeachment. Todos ansiosos para ouvir a presidente afastada.

Entre os convidados de Dilma, o ex-presidente Lula, ex-ministros e o cantor Chico Buarque. Representantes dos movimentos de rua favoráveis ao impeachment ocuparam o outro espaço. Dilma preferiu deixar a mesa e ler o discurso da tribuna. Falou por 45 minutos.

Dilma Rousseff começou o discurso de defesa lembrando que foi eleita com 154 milhões de votos. Disse que jamais praticaria atos contrários aos interesses de seus eleitores. E, como em outras ocasiões, admitiu que errou, mas não apontou que erro foi esse.

“Nessa jornada para me defender do impeachment me aproximei ainda mais do povo. Tive oportunidade de ouvir o seu reconhecimento, de receber o seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo a erros que foram cometidos e medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade, até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros. Entre os meus defeitos não está a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado”, disse.

A presidente afastada também lembrou a época da ditadura militar, quando foi presa política. E fez um paralelo entre esse período e o processo de impeachment

“Não posso deixar de sentir na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. Por isso, como no passado, resisto. Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e o estado de direito”, afirmou.

Sem citar o nome de Michel Temer, Dilma Rousseff fez críticas ao governo interino. Voltou a dizer que o processo de impeachment foi aberto por vingança do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, do PMDB. E que, neste segundo mandato, ações da oposição a impediram de governar.

“Deve ser também ressaltado que a busca de reequilíbrio fiscal, desde 2015, encontrou forte resistência na Câmara dos Deputados, à época presidida pelo deputado Eduardo Cunha. Os projetos enviados pelo governo foram rejeitados, parcial ou integralmente; pautas-bombas foram apresentadas e algumas aprovadas”, declarou.

Em seguida, Dilma Rousseff começou a tratar dos temas da acusação. Disse que a perda de apoio parlamentar não é suficiente para justificar o afastamento de um presidente. E repetiu que não cometeu crime de responsabilidade.

“Quais foram os atentados à Constituição que cometi? Quais foram os crimes hediondos que pratiquei? A primeira acusação refere-se à edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa. Ao longo de todo o processo, mostramos que a edição desses decretos seguiu todas as regras legais, respeitamos a previsão contida na Constituição, a meta definida na LDO e as autorizações estabelecidas no art. 4º da Lei Orçamentária, de 2015, aprovadas pelo Congresso Nacional. Afirma-se que o alegado atraso nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa de crédito rural, Plano Safra, para a agricultura comercial e para a agricultura familiar, equivale a uma operação de crédito, o que estaria vedado pela lei de responsabilidade fiscal. A execução do Plano Safra é regida por uma lei de 1992, que atribui ao Ministério da Fazenda a competência de sua normatização, inclusive em relação à própria atuação do Banco do Brasil. A presidenta da República não pratica nenhum ato em relação à execução do Plano Safra. Parece óbvio, além de juridicamente justo, que eu não seja acusada por um ato inexistente”, afirmou.

Quando voltou a falar da ditadura militar e as torturas que sofreu, a presidente afastada se emocionou.

“Apesar das diferenças, das grandes diferenças, sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que mais uma vez a democracia seja condenada junto comigo. E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela história. Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos faziam duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado a minha existência. Hoje eu só temo a morte da democracia”, declarou.

Dilma Rousseff encerrou o discurso de defesa com um apelo aos senadores.

“Faço um apelo final a todos os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira. Peço que façam justiça a uma presidente honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu. Votem sem ressentimento. O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos nós sentimos pelo país e pelo povo brasileiro. Peço: votem contra o impeachment. Votem pela democracia”, disse.

Após discurso de defesa, Dilma é interrogada pelos senadores

Cada senador teve cinco minutos para fazer perguntas. Presidente afastada teve tempo livre para responder.

Pouco depois da apresentação da defesa, começou o interrogatório da presidente afastada. Cada senador teve cinco minutos para fazer perguntas. Dilma, tempo livre para responder e não poderia ser contestada depois da resposta.

Mas o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, concordou como uma questão de ordem apresentada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB, e disse que daria a palavra aos senadores em caso de alguma citação ofensiva a eles.

Antes de iniciar o interrogatório, Lewandowski pediu que os senadores se comportassem como juízes:

“Os juízes naturais, senadoras e senadores, formularão as suas questões de forma objetiva, de forma sóbria, de forma imparcial e de forma contida, circunscritos à acusação ou às duas acusações formuladas no libelo”.

A senadora Kátia Abreu, do PMDB, ex-ministra da Agricultura e amiga pessoal de Dilma, foi a primeira a falar. Não fez perguntas. Usou o tempo para elogiar Dilma Rousseff e condenar o impeachment:

“Não tenho dúvida de que este impeachment é uma conspiração que nasceu da vingança sórdida de Eduardo Cunha e ganhou forma na ganância sem limites de um pequeno grupo pelo poder”.

A presidente afastada disse que o impeachment será um retrocesso político no país.

“A instabilidade se instala. Nenhum contrato está a salvo disso, porque o principal contrato, que é aquele que nós estabelecemos com o povo, o contrato político expresso na Constituição, foi rompido. Qualquer contrato também, a partir daí, pode ser rompido”, disse Dilma.

A maioria dos senadores que fizeram perguntas é a favor do impeachment. Ana Amélia, do PP, afirmou que o processo de impeachment é legal, e que a atuação da defesa da presidente em todas as fases prova isso.

“Este é o momento mais importante deste histórico julgamento político. A defesa de sua excelência, ao participar de todo o processo, aceitou a legalidade do impeachment e lhe foi assegurada também, em todos os momentos, ampla defesa. Todas as contestações foram respondidas tempestivamente pelo Supremo Tribunal Federal. Não estamos aqui julgando a sua biografia, não estamos aqui julgando o seu passado, a sua história pessoal, que eu respeito. Estamos aqui, sim, julgando atos praticados por sua excelência no seu governo. A fraude fiscal e os decretos sem autorização do Congresso tinham, direta ou indiretamente, suas digitais e com claros objetivos eleitorais em 2014”, disse Ana Amélia.

Dilma respondeu dizendo que não há provas de que cometeu crime de responsabilidade.

“O fato de que você tira um presidente que foi eleito pelo voto direto por razões que estão fragilizadas pelo fato de que não há crime de responsabilidade que as sustenta. Eu quero que a democracia no meu país saia ileso desse processo. E mesmo se, em todas as oportunidades, se considerar que houve um rito correto, o que eu estou - e disse no meu discurso - questionando é que não basta o rito correto; há que ter um conteúdo justo”.

O senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB, criticou a tese do golpe, repisada várias vezes nas respostas de Dilma:

“Esse processo, senhora presidente, se destina justamente a fazer cumprir a Constituição, assegurar a soberania da lei e não o contrário. Como golpe? Golpe com a supervisão do Supremo Tribunal Federal? Golpe quando a senhora vem exercendo todo o seu direito de defesa, em todas as instâncias, não apenas aqui, no Congresso, através do seu ilustre advogado, mas também perante a opinião pública, mobilizando apoios? E eu pergunto à senhora: por que, sabendo disso tudo, a senhora não atalhou esse processo recorrendo ao Supremo Tribunal ou ao Ministério Público Federal?”

“O que eu estou dizendo, senador, é que, se me julgarem sem crime de responsabilidade, é golpe. Eu não estou dizendo que é golpe agora. A hora que julgarem e condenarem uma presidente inocente, sem crime de responsabilidade, é um rotundo golpe; é um golpe integral. Eu não recorro ao Supremo Tribunal Federal agora porque não esgotei essa instância, não acabei de tratar o problema aqui”, responde Dilma.

Aécio pergunta, Dilma responde

O senador Aécio Neves, do PSDB, que perdeu as eleições de 2014 para Dilma, começou lembrando que, nos debates daquela campanha eleitoral, a então candidata do PT pregava que tudo ia bem no país e o acusava de pessimismo quando ele alertava sobre a crise que começava.

E citou práticas do governo Dilma do primeiro mandato que continuaram em 2015 e levaram à abertura do processo de impeachment.

“Ainda neste debate, questionei vossa excelência sobre o fato de os bancos públicos não estarem sendo remunerados pelas ações que fazia, em especial, o Banco do Brasil, onde já existia um débito de cerca de R\$ 8 bilhões do Tesouro. Vossa excelência desdenhou e sequer respondeu à minha indagação. Portanto, vossa excelência está aqui, hoje, respondendo ao Congresso Nacional por ter editado decretos sem autorização do Congresso Nacional e por ter transferido aos bancos privados as responsabilidades que são do Tesouro em afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal. Digo a vossa excelência, e é o questionamento, senhora presidente afastada Dilma Rousseff, que faço: em que dimensão vossa excelência e o seu governo se sentem, sinceramente, responsáveis por essa recessão, pelos 12 milhões de desempregados do Brasil, por 60 milhões de brasileiros com suas contas atrasadas e por uma perda média de 5% da renda dos trabalhadores brasileiros? Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente”, disse Aécio.

“Jamais imaginaria que, depois dos nossos debates todos, durante essa campanha eleitoral, que envolveu o voto de 110 milhões de brasileiros e brasileiras, nós nos encontrássemos aqui, hoje. Tenho certeza, senador, de que, ao longo de todo o processo eleitoral, nós debatemos e nos respeitamos. O que eu tenho dito, afirmei no meu discurso e reafirmo aqui para o senhor, é que, a partir do dia seguinte da minha eleição, uma série de medidas políticas para desestabilizar o meu governo foram tomadas, infelizmente. Posso, senador, ao longo do meu mandato, ter cometido erros, não ter cumprido tudo aquilo que era esperado de mim. Muitos acreditam que eu não poderia ter ampliado a redução do gasto fiscal, muitos acreditam nisso. Podemos ter desconhecido o fato de que, naquelas circunstâncias, com aquela forçação

política, não conseguiríamos aprovar as medidas necessárias. Mas, as medidas que propusemos, senador, são aquelas necessárias para este país sair da crise”, disse Dilma.

A senadora Vanessa Grazziottin, do PCdoB, disse que faltam elementos jurídicos para condenar Dilma:

“A Constituição federal prevê, sim, prevê o impeachment e prevê seus aspectos e análises políticas, mas não pode jamais andar dissociado o jurídico do político. Os dois elementos têm que estar impostos e nesse caso só há um elemento posto. E qual é esse único elemento posto? O elemento político porque o jurídico não há, não há”.

“Em havendo uma decisão que autorize o impeachment sem crime de responsabilidade, nós não só estaremos diante de um golpe, mas, sobretudo, senadora, diante de uma verdadeira eleição indireta, portanto, um retrocesso às práticas que nós superamos depois da resistência democrática e do fim da ditadura militar”, disse Dilma.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima, disse que o processo de impeachment foi construído a partir das ruas. Defendeu a perda do mandato de Dilma e reclamou que ela não respondia às perguntas.

“Tanto faz perguntar sobre pedalada fiscal ou sobre decretos, a resposta é a mesma. E creia que justificativas e desculpas em torno de crises internacionais que foram chamadas, inclusive, no passado, de marolinhas não funcionam como defesa. A pena é severa demais? Não. Severo são 12 milhões de desempregados. Duro é conviver com um país que está há três anos em recessão: indústrias fechando, comércio encerrando suas atividades, um povo sem esperança, desiludido. Isso, sim, é grave. E toda essa grave crise, a maior da nossa história, é consequência dos crimes que vossa excelência cometeu. O Brasil vive hoje a maior crise da sua história, com um custo altíssimo para o nosso povo, em decorrência desses crimes. E não é pouco isso, presidente Dilma”, disse Cássio Cunha Lima.

Dilma acusa Cunha de chantagem

A presidente afastada rebateu dizendo mais uma vez que o processo de impeachment foi motivado não pelas ruas, mas porque ela não cedeu à chantagem do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

“Eu não concordo com o senhor, primeiro, que esse processo de impeachment veio das ruas de forma espontânea. Nenhum de nós aqui, senador, é ingênuo de não saber quem é que é o responsável pela aceitação desse processo de impeachment. Então, eu vou lembrar ao senhor o que foi amplamente noticiado pela mídia e que até o próprio acusador, um dos acusadores aqui presentes, declarou à imprensa: que a aceitação do meu pedido de impeachment tratava-se de uma chantagem explícita do sr. Eduardo Cunha com a qual infelizmente vocês se aliaram”, disse Dilma.

Na volta do intervalo para o jantar, Dilma e Aécio Neves se cumprimentaram enquanto aguardavam o recomeço da sessão.

Cunha responde

Em nota, o deputado afastado Eduardo Cunha, do PMDB, declarou que o Supremo Tribunal Federal reafirmou a lisura da decisão dele de acatar o pedido de abertura do processo de impeachment.

Cunha disse que houve o que chamou de tentativas de barganha para que não abrisse o processo de impeachment. Que essas tentativas partiram do governo de Dilma Rousseff, e que ele não as aceitou.

O deputado afirmou também que a presidente afastada mente quando afirma que ele deu curso às chamadas pautas bomba quando era presidente da Câmara.

Votação deve ser na madrugada de quarta

Para aliados, Dilma Rousseff fez uma defesa firme, no estilo dela, técnico, e deve conseguir reverter alguns votos. Durante o interrogatório, senadores petistas fizeram elogios a Dilma.

Para os senadores que defendem o impeachment, a presidente afastada não acrescentou nada de novo. Não está respondendo às perguntas e, por isso, não deve mudar o cenário pró-impeachment.

O presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, disse que se não houver nenhum imprevisto o interrogatório deve terminar às 23h e ele deve suspender a sessão. Assim o debate entre acusação e defesa fica para terça-feira (30).

Primeiro cada lado deve falar durante uma hora e meia, só então começaria a discussão dos senadores, depois, o encaminhamento da votação e finalmente a votação. A previsão é que isso ocorra na madrugada de quarta-feira (31).

Planalto desmente afirmações de Dilma sobre fim de direitos

‘Não se cogita revogar a Consolidação das Leis do Trabalho’, diz a nota. Propostas respeitarão direitos e garantias constitucionais, segundo o texto.

No início da noite desta segunda-feira (29), a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto divulgou uma nota com desmentidos a afirmações da presidente afastada Dilma Rousseff. O texto é o seguinte:

“O debate no Senado Federal sobre o processo de impeachment gerou falsas acusações de retirada de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas pelo governo federal aos cidadãos brasileiros.

Não é verdade que se debata a estipulação de idade mínima de 70 ou 75 anos aos aposentados; não será extinto o auxílio-doença; não será regulamentado o trabalho escravo; não há privatização do pré-sal; e não se cogita revogar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essas e outras inverdades foram atribuídas de forma irresponsável e leviana ao governo interino.”

E continua a nota oficial do Palácio do Planalto:

“Todas as propostas do governo Michel Temer são para assegurar a geração de emprego, garantir a viabilidade do sistema previdenciário e buscar o equilíbrio das contas públicas. E todas elas respeitarão os direitos e garantias constitucionais.”

Onze estados e o DF têm protestos contra o impeachment

Em Brasília, os manifestantes foram para a Esplanada dos Ministérios. Em São Paulo, policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo.

Manifestantes contrários ao impeachment foram às ruas em 11 estados e no Distrito Federal. A mobilização foi bem menor do que em atos anteriores.

Em Brasília, os manifestantes foram para a Esplanada dos Ministérios.

No centro do Rio de Janeiro, além de apoio à presidente afastada, havia faixas contra o governo Temer.

Em São Paulo, houve momentos de tensão. Um grupo tentou passar por um bloqueio da PM. Os soldados usaram bombas de gás lacrimogêneo. Logo depois, manifestantes colocaram fogo em sacos de lixo, fechando a rua.

30/08/2016 21h16 - Atualizado em 30/08/2016 21h16

Dilma faz considerações finais e repete que não cometeu crime

Arguição de Dilma se estendeu pela noite de segunda-feira (29). Última pergunta foi da advogada de acusação, Janaína Paschoal.

O processo de impeachment contra Dilma Rousseff, entrou nesta terça-feira (30) na fase de debates, a última etapa antes da votação.

A fase anterior, a de arguição da presidente afastada, se estendeu quase até a meia-noite da segunda-feira (29). A última pergunta foi da advogada de acusação, Janaína Paschoal.

“Vossa Excelência disse que 2015 foi um ano difícil em virtude da crise no exterior, sobretudo nos Estados Unidos. Eu gostaria de saber se vossa excelência poderia explicar por que o Chile, o Peru, o Paraguai, a Bolívia e o México cresceram, apesar dessa mesma crise. Em que medida essa crise atingiu o Brasil e não atingiu esses países? Também gostaria de saber de vossa excelência: por que não foram feitos cortes em 2014, e foi feito um corte histórico em 2015?”, questionou Janaína Paschoal.

Na resposta, Dilma não falou dos países citados pela advogada, preferiu fazer uma comparação da economia brasileira com a chinesa e atribuiu a responsabilidade da crise à disputa política.

“Por todas as estatísticas disponíveis no Brasil, a crise não começa em 2014; ela se intensifica no final de 2014. A partir de um determinado momento, nós tivemos uma queda brutal. Essa queda brutal começa no final do ano de 2014, a partir de outubro de 2014, e se intensifica e torna-se extremamente pronunciada - é só ver o desempenho dos preços - a partir de janeiro. A partir de janeiro, por exemplo, o petróleo afunda. Considerando que o petróleo e o minério de ferro tiveram um comportamento parecido e que o comportamento das commodities agrícolas vinha desacelerando, a partir de setembro - começa mais forte em outubro e

despenca a partir daí -, nós temos um cenário de extrema preocupação econômica, que, de repente, coloca diante de nós a dificuldade que é gerir o país num momento de uma intensificação dessa natureza. Acredito, advogada Janaína, que nós teríamos conseguido superar esse processo se, por acaso, tivesse havido menos politização na tentativa de inviabilizar o meu governo. Acho que é uma experiência para o futuro deste país. Diante da crise, é de bom tom que a oposição e a situação se unam pelo bem do país e, depois que passar o momento mais difícil, voltem a brigar o quanto quiserem. Porém, o que não é admissível é que, diante desse fato, que era a chegada das consequências da crise ao Brasil - e lembro que a primeira fase da crise, que acontece em 2009, nós conseguimos superar em 2010. Em 2010, nós crescemos 7%. Nós conseguimos isso em 2011 e 2012. Nós só, não; a China também. A China teve o mesmo processo. A China segura a taxa de crescimento. Vai despenca a taxa de crescimento da China na mesma hora em que a nossa despenca. E ela passa de uma taxa de crescimento de 10% a 9,5%, 9%, para uma taxa de menos 7% hoje. Considerava-se uma taxa de menos 7% para a China um verdadeiro absurdo. Ninguém esperava que isso acontecesse”, respondeu Dilma Rousseff.

Depois da advogada de acusação, seria a vez de o advogado de defesa fazer perguntas. Mas José Eduardo Cardozo abriu mão do tempo para que Dilma Rousseff fizesse as considerações finais e ela repetiu que não cometeu crime de responsabilidade.

“Acho que a disputa política, a relação oposição-situação é absolutamente normal e muito vantajosa num país democrático como queremos ser, mas tentar inventar crimes de responsabilidade onde eles não existem ou transformar o orçamento público, a execução do gasto público num espaço de disputa ideológica que não tem consequências para o bem do país, acho que nós já temos maturidade suficiente para superar esse processo. Quero, finalmente, dizer: é muito grave, é muito grave afastar uma presidenta da República sem crime de responsabilidade, mesmo que o impeachment esteja previsto na nossa Constituição. É muito grave! Não se trata de um golpe como aquele que nós todos, que têm a minha idade, ou um pouco menos, ou um pouco mais, sofremos ao longo da nossa juventude. Mas não é possível supor que, quando se faz exceções e se tira um presidente eleito sem crime de responsabilidade, este ferimento será muito difícil de ser curado. Por isso, eu peço aos senhores senadores e às senhoras senadoras que tenham consciência na hora de avaliar este processo. Muito obrigada”, disse Dilma Rousseff.

Acusação apresenta argumentos finais no julgamento do impeachment

Janaína Paschoal foi a primeira a falar pela acusação. Miguel Reale Júnior disse que julgamento seguiu rigorosamente a lei.

A sessão foi retomada nesta terça-feira (30) com os debates entre a acusação e a defesa. Primeiro, falaram os autores do pedido de impeachment.

A professora de Direito Constitucional Janaína Paschoal, uma das autoras do pedido de impeachment, foi a primeira a falar pela acusação.

Ela começou respondendo a um dos principais argumentos da defesa: de que o processo foi motivado por vingança do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

“A nossa denúncia tinha três pilares: Petrolão, pedaladas, decretos - 2013 a 2015. Se esta denúncia tivesse sido feita sob a orientação do presidente da Câmara, teria sentido que ele rejeitasse parte significativa da acusação? O senhor Eduardo Cunha afastou tudo o que dizia respeito ao Petrolão, o senhor Eduardo Cunha afastou tudo o que dizia respeito aos fatos anteriores a 2015”, disse Janaína Paschoal.

Janaína afirmou também que o dinheiro das pedaladas fiscais não foi prioritariamente para financiar programas sociais, como têm dito aliados de Dilma.

“Todos os levantamentos feitos mostram que os valores das pedaladas que foram destinados aos programas para as pessoas carentes não chegam a 2%. As pedaladas favoreceram precipuamente grandes e médias empresas. Favoreceram os ricos. Esse discurso que vem sendo adotado, ele é completamente falacioso”, afirmou.

Janaína Paschoal encerrou o pronunciamento dizendo que foi autora do pedido de impeachment pensando num país melhor. E se desculpou com a presidente afastada por todo o sofrimento que o processo causou a ela.

“Eu finalizo pedindo desculpas para a senhora presidente da República, não por ter feito o que era devido, porque eu não podia me omitir diante de tudo isso. Eu peço desculpas, porque eu sei que a situação que ela está vivendo não é fácil. Eu peço desculpas, porque eu sei que, muito embora esse não fosse o meu objetivo, eu lhe causei sofrimento. E eu peço que ela um dia entenda que eu fiz isso pensando também nos netos dela”, disse Janaína chorando.

Assim que Janaína terminou de falar, um pequeno tumulto.

“Houve um insulto proferido aqui pelo deputado Guimarães, que está sentado aqui, na última fileira, um insulto de golpista. Golpista foram aqueles que saquearam a Petrobras, golpistas são aqueles que assulam os movimentos populares para fazer baderna nas ruas, golpistas são aqueles que fraudaram a contabilidade pública. E peço, presidente que, se esse senhor não vier a se comportar adequadamente, que seja retirado do plenário pela polícia do Senado Federal, porque é isso que ele merece”, disse Aloysio Nunes.

O presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, não atendeu ao pedido para retirar o deputado José Guimarães, do PT, do plenário. Mas suspendeu a sessão por alguns minutos para acalmar os ânimos.

Na volta, a senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, defendeu o petista: “Nós somos parlamentares do Brasil, temos os mesmos deveres e os mesmos direitos, absolutamente iguais. O senador que me antecedeu, se todos perceberam, foi ao microfone reclamando que estaria sendo desrespeitado, insultado, e até fiquei preocupada no início. E, quando ele disse que o desrespeito e o insulto seriam pelo fato de o deputado Guimarães ter chamado e falado de golpista, aí não dá, não é, presidente? ”.

Em seguida, o jurista Miguel Reale Júnior, também autor do pedido de impeachment, concluiu o trabalho da acusação. Disse que o julgamento seguiu rigorosamente a lei, respeitando a democracia.

“Lembrem-se nós estamos há nove meses ou mais tempo vivendo um processo de impeachment sem que tenha sofrido um risco o processo democrático nesse país. Sem que

uma pessoa sequer tenha tido uma limitação nos seus direitos políticos e individuais”, disse Miguel Reale Júnior.

Ele pediu a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff: “A sociedade brasileira não foi às ruas por nenhuma vingança política, por nenhuma vingança partidária. Ela foi às ruas por perceber que havia o desmando; ela foi por perceber que havia o descaso; ela foi por perceber que se tinha estabelecido a esperteza malandra como um valor presente na vida brasileira. Nós queremos agora, sim, um Brasil alegre, mas um Brasil sério”.

Durante defesa, Cardozo faz histórico da luta de Dilma contra a ditadura

Ele disse que presidente afastada é vítima de uma perseguição política. Na saída, chorou: ‘Nunca deixei de me emocionar diante da injustiça’.

Na sequência, falou o advogado de defesa de Dilma Rousseff.

O advogado José Eduardo Cardozo iniciou a defesa fazendo um histórico da luta de Dilma Rousseff contra a ditadura. Falou dos três anos em que ela ficou presa, dos dias de tortura na cadeia. E respondeu ao recado enviado por Janaína Paschoal à presidente afastada.

“É possível que, naquele momento, alguns dos seus acusadores, tomados de uma crise de sentimentalismo, tenham lhe dito: Menina, nós estamos te prendendo e te torturando pelo bem do país. Nós estamos pensando nos seus filhos, nos seus netos”.

Depois, citando o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, voltou a falar que Dilma é vítima de uma perseguição política.

“A encarnação desse primeiro problema tem nome e sobrenome: chama-se Eduardo Cunha. Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara contra a posição da senhora presidente da República e do Planalto, e apoiado pela oposição. Não acham isso? Leiam os jornais. Vejam quem apoiou Eduardo Cunha para ser eleito presidente da Câmara, e por que foi apoiado. Eu tenho certeza de que os senhores da oposição já conheciam - porque no mundo político tudo se sabe - quem era Eduardo Cunha, mas o apoiaram porque sabiam que, naquele homem, poderiam fazer uma junção de interesses para desestabilizar o governo”.

O advogado da presidente afastada sustentou que não há crime de responsabilidade, que os três decretos autorizando gastos sem o aval do Congresso, e o que o Tribunal de Contas da União considerou um empréstimo irregular do Banco do Brasil para financiar o Plano Safra, são apenas pretextos para condenar Dilma.

“Pretextos que são atos jurídicos baixados por todos os outros governos anteriores. Todos os outros governos fizeram. Não me digam que não fizeram. É só ver. Fernando Henrique Cardoso baixou decretos idênticos a esse; Lula baixou. Aquilo que chamam de atrasos das subvenções aconteceu em todos os governos. E aí vão se criando pretextos para se justificar”.

Ele encerrou o discurso dizendo que aprovar o impeachment representa banir Dilma Rousseff da política.

“Não aceitem que o nosso país sofra um golpe parlamentar e uma pessoa honesta, correta, íntegra tenha a pena de morte política para que, no futuro, alguém tenha que dizer: ‘Me desculpe, Dilma Rousseff, pelo que a ditadura te fez, e pelo que a nossa democracia também te fez’. Votem, por favor, pela justiça e pela democracia”.

Os advogados de acusação e de defesa preferiram não fazer perguntas uns para os outros, o que estava previsto para depois dos discursos dos dois lados. O presidente do Supremo, então, suspendeu a sessão.

Na saída do plenário, Cardozo chorou.

“Aquele que perde a emoção, aquele que perde a emoção diante da injustiça é alguém que se desumanizou. As palavras da acusação foram muito injustas. Para quem conhece Dilma Rousseff, pedir a condenação para defender os seus netos é algo que me atingiu muito fortemente”.

Em nota, o deputado afastado Eduardo Cunha, do PMDB, afirmou que José Eduardo Cardozo mente, e não consegue explicar o crime de responsabilidade que, segundo Cunha, levará ao impedimento de Dilma Rousseff.

Senadores usam momento do discurso para declarar voto

Depois da fala da defesa e acusação, senadores debatem. Defensores de Dilma dizem que ainda é possível reverter votos.

Desde as 14h30 os senadores estão apresentando os argumentos finais sobre o impeachment.

O senador Antônio Anastasia, do PSDB, relator na comissão especial do impeachment, rebateu os argumentos da defesa. Reafirmou que os decretos para gastos extras assinados por Dilma Rousseff, teriam que ser autorizados pelo Congresso.

“Discute-se, ainda, a questão da autoria, que não havia autoria ou dolo da senhora presidente ao exarar, ao editar esses decretos. Ora, a autoria é indiscutível porque lá está a sua assinatura. O comando é tão claro, que, como eu perguntei também ontem e não foi respondido, em novembro de 2015, por meio do Decreto 8.555, a senhora presidente delegou ao ministro do Planejamento a competência para editar esses decretos de créditos suplementar. Por que o fez? Exatamente porque estava confessando, por esse decreto, a sua não só autoria, já notória, mas, mais do que isso, o seu controle, a sua decisão, o seu conhecimento sobre esses decretos”, disse.

O senador petista Jorge Viana foi o primeiro a falar em defesa da presidente afastada. Ele elogiou o discurso de Dilma feito na segunda-feira (29).

“Ela mostrou, com fatos, com dados, com um nível de detalhe não visto ainda nesse processo, que ela não cometeu crime de responsabilidade. Ela trouxe mais que isso: os argumentos necessários para qualquer colega, que tinha juízo formado ou que estava em dúvida, poder decidir seu voto e não permitir que uma injustiça se cometa contra ela, contra a democracia, contra o país”, afirmou.

Ataídes de Oliveira, do PSDB, respondeu às acusações dos petistas de que está em curso um golpe para que um novo governo corte os programas sociais.

“Mais uma mentira da presidente Dilma. Na verdade, a presidente Dilma, em 2015 e 2016, cortou: construção de creche (88%), Minha Casa Minha Vida (74%), Brasil Carinhoso (66%), Pronatec (56%), Crack, é Preciso Vencer (49%), reforma agrária (29%), unidades básicas de saúde (23%), Rede Cegonha (23%), Bolsa Família, Fies, Farmácia Popular, seguro-desemprego. Minha Casa Melhor está também suspenso pela presidente Dilma. Ou seja, não foi Michel Temer que mexeu nos programas, foi a presidente Dilma que mexeu nos programas”.

A senadora Fátima Bezerra, do PT, reiterou a crítica de que o governo Temer vai cortar direitos.

“Para impor ao povo brasileiro um programa que jamais passaria pelo crivo da urna, porque é um pacote de maldades, que quer congelar, durante 20 anos, os investimentos em educação, em saúde, e em assistência social. Querem privatizar tudo. Já anunciam que vão privatizar presídios, creches e hospitais. Que vão acabar com a política de valorização real do salário mínimo; que vão privilegiar acordos trabalhistas impostos, em detrimento dos direitos assegurados na CLT”.

A senadora Lídice da Mata, do PSB, disse que Dilma não violou a Constituição e criticou os senadores pró-impeachment.

“Um jogo de cartas marcadas, farsa, como a que se viu no plenário do Senado nessa fase final do julgamento do processo de impeachment, quando os senadores que apoiam o impedimento da presidente Dilma simplesmente viraram as costas e taparam os ouvidos para os depoimentos das testemunhas de defesa. O plenário semivazio, há poucas horas, num momento de apresentação da peça acusatória e da defesa, como se os votos, já acertados, não pudessem ouvir algo que lhes desviasse do caminho prometido”.

O senador Fernando Collor, do PTC, que sofreu um processo de impeachment em 1992, disse que ele foi condenado injustamente pelo Senado e absolvido pelo Supremo, mas que no caso de Dilma houve crime de responsabilidade.

“Mesmo eleito democraticamente, justo no pleito que consolidou a redemocratização, me condenaram politicamente em meio a tramas e ardis de uma aliança de vários vértices. Mas, penalmente, da correta instância, me absolveu a suprema corte. Hoje, a situação é completamente diversa. Além de infração às normas orçamentárias e fiscais com textual previsão na Constituição como crime de responsabilidade, o governo afastado transformou sua gestão numa tragédia anunciada. É o desfecho típico de governo que faz da cegueira econômica o seu calvário, e da surdez política, o seu cadafalso”.

O senador Humberto Costa disse que o Congresso nunca engoliu a presidente Dilma, e disse que condená-la seria uma aberração.

“Ela tem uma forma diferente, é menos flexível. Como disse um ex-ministro dela, ela não gosta de rodar o bambolê, mas considerá-la criminosa, mas rotulá-la como criminosa, mas julgá-la como criminosa é uma verdadeira aberração! Dilma conduziu bem o Brasil nos quatro anos do seu primeiro mandato. Depois, os ventos da economia sopraram em outra direção, a

oposição não aceitou o resultado legítimo das urnas, ataçaram as ruas. Nós aqui não podemos agir como se fossemos cretinos parlamentares, não podemos condenar Dilma por crimes que ela não cometeu, seria uma vergonha para cada um de nós, seria uma vergonha para o parlamento brasileiro, seria uma vergonha para o país inteiro”.

O senador Cassio Cunha Lima afirmou que o povo pode não entender as razões legais do impeachment como alegou a defesa de Dilma, mas entende bem as consequências.

“O ex-ministro Cardozo disse de forma eloquente ‘o povo não sabe dizer sequer quais são as acusações’. Em meio a tantas divergências, vou concordar com o doutor Cardozo, talvez a maioria do povo não saiba detalhar as acusações, mas sabe dizer as consequências dos crimes que o povo sentiu na pele como o desemprego, a recessão em três anos consecutivos, comércio fechando suas portas, indústria encerrando suas atividades, com juros na estratosfera, com o desemprego que não para de crescer, com a volta da inflação”.

Senadores já usam o momento do discurso na tribuna para declarar o voto. Poucos deixam em dúvida como irão votar. Defensores de Dilma Rousseff dizem que ainda é possível reverter votos nessa fase.

Parlamentares pró-impeachment afirmam que a posição de praticamente todos os senadores é conhecida e que já contam com os votos suficientes para o afastamento definitivo de Dilma Rousseff.

Votação na quarta

Por volta das 21h30, dos 66 senadores inscritos para discursar 31 já falaram. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, que preside o julgamento no Senado, acredita que até por volta das 2h30 da madrugada todos os senadores já terão discursado. Aí a sessão será suspensa e retomada na manhã da quarta-feira (31). O ministro Lewandowski vai apresentar um relatório com um breve resumo dos principais argumentos da acusação, da defesa e das provas.

Em seguida começa o encaminhamento da votação. Dois senadores poderão falar contra e outros dois a favor do impeachment por até cinco minutos cada um deles. E aí começa a votação aberta, nominal e no painel eletrônico. Num terminal que cada senador tem na mesa, ele vota, e o nome dele e o voto vão aparecer no painel eletrônico. Os senadores vão responder se a presidente afastada Dilma Rousseff cometeu crimes de responsabilidade e se, por isso, deve perder o cargo, ficando inabilitada para o exercício de qualquer função pública por oito anos.

Instituto Lula recebe notificação da Receita Federal

Fiscais identificaram gastos que o instituto não poderia ter feito. Instituto corre risco de perder isenção de impostos de 2011.

O Instituto Lula recebeu nesta terça-feira (30) a notificação da Receita Federal que pode resultar em suspensão da isenção de impostos no ano de 2011. Se o instituto perder a isenção, a Receita cobrará multa, além dos impostos devidos.

Os auditores entregaram a notificação no começo da tarde, na sede do Instituto, em São Paulo. O Jornal Nacional teve acesso a trechos do documento.

Os fiscais identificaram gastos que o instituto não poderia ter feito por ser uma entidade sem fins lucrativos e porque é isento de impostos.

Entre as despesas que a Receita considera ilegais, estão: o pagamento de salários de dirigentes, de gastos pessoais do ex-presidente Lula, da mulher dele e de funcionários do instituto em viagens internacionais e do aluguel de um avião.

Em setembro de 2011, segundo os fiscais, o instituto pagou R\$ 18 mil à empresa Líder Táxi Aéreo, que levou o ex-presidente à cidade de Araçuaí, em Minas Gerais, para ser patrono de formatura.

O instituto também fez pagamentos que somaram R\$ 37 mil à Ginter Transportes. Os auditores dizem que a empresa guardou bens particulares do ex-presidente.

No documento, a Receita Federal afirma “que o Instituto Lula está longe de se dedicar à defesa de direitos sociais e que, na verdade, é um mero escritório de administração de interesses particulares, financeiros e empresariais do ex-presidente”.

Os técnicos da Receita analisaram as contas do instituto do ano de 2011 e compararam com as declarações de Imposto de Renda, com documentos entregues pelo próprio instituto e com material apreendido na Operação Lava Jato. Os auditores concluíram que a estrutura do instituto era usada para a contratação de palestras do ex-presidente.

Os técnicos analisaram e-mails que estavam em computadores apreendidos no Instituto Lula, durante a 24ª fase da Operação Lava Jato.

Em fevereiro de 2011, o então vice-presidente da Andrade Gutierrez, Flávio Machado Filho, fala com Clara Ant, dirigente do instituto, sobre uma palestra de Luiz Inácio Lula da Silva num hotel em São Paulo. O endereço eletrônico usado por Clara Ant é do Instituto Cidadania - que, depois, deu lugar ao Instituto Lula.

Em setembro do mesmo ano, Milian Matsuda, diretora jurídica da construtora Camargo Correa, escreve para Paulo André Cangussu, apontado pela Receita como colaborador do instituto.

Num trecho, Milian diz: "Estou com o contrato de prestação de serviços a ser firmado entre a Camargo Correa e a Luís Inácio Lula da Silva Palestras, já assinado pela Camargo Correa".

Também em setembro, um outro e-mail registra a negociação de uma palestra do ex-presidente em Cuzco, no Peru. São mensagens trocadas por Clara Ant e um homem identificado como Santiago Zapata. Eles conversam sobre honorários, acomodações e acompanhantes.

Segundo relato dos fiscais, ao final, ficou combinado que o pagamento de US\$ 250 mil seria feito a um aliado no Canadá, que repassaria uma comissão de US\$ 25 mil a Zapata.

Assim, diz a Receita, a tributação de Imposto de Renda seria reduzida de 33% para 5%.

No documento entregue nesta terça-feira (30) ao Instituto Lula, a Receita afirma que os e-mails são exemplo da total confusão entre os interesses pessoais do ex-presidente e os interesses do instituto. Os auditores falam em promiscuidade e afirmam que o próprio presidente do instituto, Paulo Okamoto, participa das tratativas dos contratos de prestação de serviços da empresa do ex-presidente, da qual Okamoto é sócio.

“Sou apenas o presidente, não tenho nenhum contrato, não tenho nenhuma irregularidade nas coisas que eu faço com o instituto. A Receita fiscaliza o Instituto Lula como fiscaliza muitas outras empresas no país. É um procedimento. Como a Receita pode ter alguma dúvida sobre as nossas atividades, então ela pede esclarecimento para ver se as atividades que nós estamos fazendo está de acordo com o objeto do Instituto Lula, que nós acreditamos que esteja”, declara Okamoto.

Correção

O Jornal Nacional errou na terça-feira (30) ao anunciar que a Receita Federal tinha suspenso a isenção de impostos do Instituto Lula relativa ao ano de 2011. Esse processo da Receita está em andamento. Ainda não foi concluído. O Instituto Lula foi notificado da abertura do processo, que pode, ou não, suspender a isenção. Se o instituto perder a isenção, aí, sim, terá que pagar multa e eventuais impostos devidos. O instituto tem 30 dias para apresentar defesa.

O texto foi atualizado.

31/08/2016 20h54 - Atualizado em 31/08/2016 20h54

Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff; Temer assume

Aliados de Dilma conseguiram que a decisão fosse tomada em duas votações. Dilma perde cargo, mas não fica proibida de exercer cargo público.

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (31) o impeachment de Dilma Rousseff. E Michel Temer já tomou posse como presidente do Brasil. A sessão de julgamento durou seis dias e a última etapa começou com uma discussão. Aliados de Dilma queriam, e conseguiram, que a decisão fosse tomada em duas votações.

Horas antes da sessão, o corredor de acesso ao plenário e o Salão Azul já estavam lotados de jornalistas brasileiros e estrangeiros. Os senadores discutiam com assessores os detalhes finais para o dia decisivo do julgamento do impeachment. Caminhavam visivelmente cansados depois da maratona de seis dias e noites de trabalho.

Pouco depois das 11h, o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, fez a leitura do relatório resumido do caso. Uma questão de ordem do PT mudou o roteiro previsto para a votação. A discussão foi longa.

Os petistas pediram que o julgamento de Dilma Rousseff fosse dividido em duas partes. Primeiro, a votação da perda do mandato. Depois, os senadores decidiriam se ela deveria ser proibida por oito anos de exercer cargo público e se candidatar.

O líder da Rede defendeu as duas votações, alegando que o regimento do Senado permitia destacar do texto, para votar separadamente, o trecho sobre a inabilitação política.

“Todo direito comparado consagra, inclusive no processo de impeachment, essa possibilidade”, afirmou o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), líder do partido.

O líder do PSDB contestou a proposta dos aliados de Dilma. Ele alegou que o artigo 52 da Constituição estabelece uma punição única: perda de mandato com inabilitação política.

“O que poderá ser feito aqui é algo inaceitável, inadmissível: modificar a Constituição Federal através de um destaque”, disse o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), líder do partido.

O senador Fernando Collor, do PTC, lembrou que o processo de impeachment contra ele em 92 não permitiu separar uma coisa da outra. Mesmo depois de renunciar ao mandato, Collor ficou inelegível por oito anos.

Lewandowski decidiu acolher o pedido do PT. Determinou que fossem duas votações. E, nos dois casos, os favoráveis ao impeachment teriam que reunir pelo menos 54 dos 81 votos.

“Tem que respeitar os procedimentos, os dispositivos regimentais, sob pena, senador Collor, de um deputado pertencente à bancada do Partido dos Trabalhadores atravessar a praça, ingressar eventualmente com um mandado de segurança, invocar direito líquido e certo - o senador Aloysio Nunes sabe disso - e nós correremos o risco de interromper o nosso julgamento ou invalidarmos o julgamento depois de terminarmos o julgamento”, explicou Lewandowski.

Impeachment de Dilma: 61 votam 'sim' e 20 votam 'não' no Senado

Senadores favoráveis ao impeachment cantaram o hino nacional. Calheiros e Collor votaram pelo impeachment de Dilma Rousseff.

A primeira votação foi sobre o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da presidência. Sessenta e um senadores julgaram que ela cometeu crime de responsabilidade.

O presidente do Supremo chamou os senadores para um rápido debate. A senadora Ana Amélia, do PP, falou da legalidade de todo o processo, com participação do Ministério Público, Supremo, Câmara e Senado. E disse que o país amadureceu com o impeachment.

“O Brasil sai aliviado de um processo que custou a milhares de trabalhadores - e falo aqui para as mulheres trabalhadoras brasileiras que estão sofrendo pelo desemprego. Mas quero dizer a elas também que um fio de esperança nasce. A nova esperança, um novo Brasil, um novo sistema político, melhor, mais transparente, mais responsável”, declarou.

A senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, criticou o processo de impeachment. Voltou a dizer que Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Que ela era vítima de perseguição política iniciada logo depois da reeleição dela, em outubro de 2014.

“Infelizmente, para o registro não só do momento, mas para o registro da história, a maioria vai cassar uma presidente inocente. Não cometeu nenhum crime. E aqui não há nenhum

hipócrita. Aqui não há nenhum ingênuo para saber que todos sabemos que ela não cometeu crime. Mas a decisão é política”, disse.

O presidente Lewandowski avisou os senadores: “Podemos abrir a votação”. Depois, se formou um grande silêncio no plenário, completamente lotado, à espera do resultado.

Foram 61 votos “sim” e 20 votos “não”.

“Proclamo o resultado: 81 senadores votaram. Não houve nenhuma abstenção. Votaram “sim” 61 senadores; votaram “não” 20 senadores”, disse Lewandowski.

Senadores favoráveis ao impeachment cantaram o hino nacional.

Votaram “sim”: 17 senadores do PMDB; 11 do PSDB; 6 do PP; 5 do PSB; 4 do Democratas e do PR. Senadores do PSC, PSD, PDT, PPS, PTB, PTC, PRB e PV também votaram a favor do impeachment, além do Senador Reguffe, que está sem partido.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que nunca declarou se votaria no julgamento final do processo de impeachment, anunciou horas antes a políticos mais próximos que participaria da votação. Ele foi um dos 61 senadores que votaram pela cassação do mandato de Dilma Rousseff. Fernando Collor também votou a favor do impeachment.

Votaram “não”: 10 senadores do PT; 2 do PMDB; 2 do PTB e 2 do PSB. Além de senadores do PCdoB, PP, PSD e Rede.

Senadores decidem que Dilma está habilitada a exercer funções públicas

Votação começou após decisão do impeachment. Senadores do PSDB e do Democratas ficaram surpresos com Renan.

Depois de decidido o impeachment, os senadores começaram a segunda votação. E o resultado foi favorável a Dilma Rousseff. Ficou decidido que ela não está inabilitada para o exercício de função pública pelos próximos oito anos.

Ricardo Lewandowski autorizou o debate sobre o tema. A senadora Kátia Abreu, do PMDB, citou o ministro do Supremo Gilmar Mendes para dizer que ele também concordava com a tese de que a pena de proibição de exercer função pública por oito anos independe da perda de mandato. Falou que Michel Temer, em livro, tinha a mesma interpretação. Defendeu a honestidade de Dilma Rousseff e narrou uma conversa que teve com ela.

“A presidente Dilma me autorizou a dizer que já fez as contas da sua aposentadoria. Pelo fator previdenciário, ela tem 68 anos de idade, com 34 anos de contribuição, ela alcança a pontuação de 104. Com 85, ela já se aposentaria; e vai se aposentar com cerca de R\$ 5 mil. Então, a presidente Dilma precisa continuar trabalhando para poder suprir as suas necessidades”, disse Kátia Abreu.

O senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB, rebateu a senadora. Disse que ela interpretou errado o pensamento de Michel Temer, que Temer escreveu que uma punição está ligada a outra. E concluiu: “Princípio fundamental da ordem jurídica: todos são iguais perante a lei,

sem distinção de qualquer natureza. Não importa mais. Nós não vivemos sob o governo das pessoas, mas sob o governo das leis e da Constituição. Por isso, eu penso, apelo aos senhores senadores que mantenham no texto aquilo que a Constituição manda figurar nele.”

O senador Renan Calheiros anunciou voto para livrar Dilma Rousseff da inelegibilidade por oito anos.

“Afastar a presidente da República é constitucional. Pode afastar na forma da Constituição e da democracia? Pode, mas não é da Constituição inabilitar a presidente da República como consequência do seu afastamento, não. Essa decisão terá que ser tomada aqui, pelo Plenário do Senado Federal. E, no Nordeste, costumam dizer uma coisa com a qual eu não concordo: ‘Além da queda, coice’. Nós não podemos deixar de julgar, nós temos que julgar, mas nós não podemos ser maus, desumanos. O meu voto é contrário à inabilitação”, declarou Calheiros.

Surpresos com tanta disposição de Renan em defender Dilma, senadores do PSDB e do Democratas ainda tentaram anular a influência dele no resultado da votação. Não conseguiram.

O plenário do Senado decidiu cassar o mandato da presidente Dilma Rousseff, mas manter os direitos políticos dela. Portanto, ela pode exercer funções públicas livremente.

Foram 42 votos contra Dilma, mas eram necessários 54. Não houve comemoração. Lewandowski encerrou o julgamento.

“Peço às senhoras senadoras e aos senhores senadores que assinem a sentença. Está encerrada esta sessão de julgamento”, declarou.

Já com os trabalhos encerrados, houve bate-boca entre aliados de Dilma e defensores do impeachment.

Michel Temer faz o juramento para tomar posse como presidente

Temer pediu uma cerimônia simples e rápida. De volta ao Planalto, fez a primeira reunião ministerial como presidente efetivo.

O presidente Michel Temer assistiu ao julgamento do impeachment de Dilma Rousseff pela televisão no Palácio do Jaburu.

Michel Temer estava acompanhado dos ministros mais próximos e dividiu atenção entre o Senado e os ajustes no texto do pronunciamento da noite desta quarta-feira (31).

Quando saiu o resultado, seguiu para o Planalto, onde foi notificado da decisão. Ao chegar no Congresso, não quis subir a rampa. No empurra-empurra até o plenário, a porta de vidro não resistiu.

A sessão do Congresso, que reúne Câmara e Senado, para dar posse a Michel Temer, foi convocada no plenário menor, plenário do Senado, onde horas antes Dilma Rousseff havia sido julgada e perdido o mandato de presidente. Michel Temer pediu uma cerimônia simples e rápida.

Antes de chegar à mesa, cumprimentos. Depois do hino, Michel Temer prestou juramento à Constituição ao lado dos chefes do Legislativo e do Judiciário: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição. Observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

Assinou o termo de posse e ouviu do presidente do Senado, Renan Calheiros, uma mensagem de apoio: “Estamos juntos”.

De volta ao Planalto, fez a primeira reunião ministerial como presidente efetivo. Adotou um novo tom, mais duro, contra os adversários: “É preciso firmeza, digo eu, e firmeza para quando dizer golpista. Golpista é quem derruba a Constituição, quem quer violar o texto constitucional e vocês sabem que, no plano internacional, eles tentaram muito, e conseguiram até com algum sucesso, propor, dizer que aqui no Brasil houve um golpe, um golpe que durou hoje o 108º dia de processo de impedimento com defesa”.

Temer também repreendeu os senadores, inclusive do próprio partido, o PMDB, que deram votos para que Dilma saísse do julgamento mantendo o direito de ocupar funções públicas.

“Ninguém vai cassar bruxas aqui, mas também não vamos deixar que também tentem demonstrar que o governo não é capaz de responder. Hoje nós tivemos um pequeno embaraço até na base governamental em face de uma divisão que lá se deu. É outra divisão também inadmissível. Se é governo tem que ser governo. O que não dá é para aliados nossos se manifestarem lá no plenário sem ter uma combinação conosco porque, convenhamos, se tivesse uma combinação conosco talvez nós pudéssemos dizer: Olha aqui, vamos fazer um gesto de boa vontade, vamos abrir mão disso, vamos permitir que sua excelência tenha condições de não ser inabilitada, mas seria um gesto nosso”, disse Michel Temer.

Temer viaja na noite desta quarta para a China, onde participa da reunião do G20, as 20 maiores economias do mundo. Volta ao Brasil a tempo de participar do desfile do Dia da Independência, em Brasília, e da abertura da Paralimpíada, no Rio de Janeiro.

Durante a viagem de Michel Temer, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, vai ocupar a Presidência da República interinamente.

Após ser afastada, Dilma promete ‘oposição determinada’

Ex-presidente afirma que golpe parlamentar foi consumado. Dilma diz que sai sem ter traído qualquer de seus compromissos.

Logo depois da aprovação do impeachment, Dilma Rousseff fez um pronunciamento. Repetiu que é vítima de um golpe, e disse que vai fazer uma oposição enérgica e incansável.

“Hoje, o Senado federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras.

Não desistam da luta. Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer. Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia. Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil”.

Senado cria polêmica com decisão de não tornar Dilma inelegível

Dúvida é se a lei da ficha limpa se aplicaria à ex-presidente. Questão poderá ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim que acabou a sessão do impeachment, senadores começaram a discutir a decisão de dividir a votação em duas. E a que permitiu Dilma Rousseff continuar habilitada a exercer função pública.

O líder do Democratas no Senado chegou a anunciar que iria recorrer ao supremo para tentar reverter a decisão.

“O Senado federal não pode fatiar aquilo que a Constituição determina. A inabilitação não é pena acessória, é pena conjunta, está claro no artigo 52 quando diz a cassação e a inabilitação para cargo público”, disse o senador Ronaldo Caiado.

Mas mudou de ideia ao conversar com outros governistas. O líder do PSDB disse que não pretende recorrer para não abrir a possibilidade para que toda a sessão fosse questionada.

“A decisão do Senado, no meu entender, apesar de discordar dela, é irrecorrível. Se admite-se questionar a inabilitação, obviamente poderia ser questionado o próprio impeachment. Portanto não vejo espaço jurídico nem argumento constitucional para o Supremo rever nenhuma das duas decisões”, afirmou Cassio Cunha Lima.

A advogada de acusação Janaína Paschoal também não pretende recorrer. Mas o Solidariedade, outro partido da base do governo, divulgou nota dizendo que vai sim ao Supremo contra a decisão que permitiu que Dilma Rousseff, mesmo perdendo o mandato, continuasse habilitada a ocupar cargo público.

A decisão do Senado acabou criando outra discussão. A lei da ficha limpa diz que políticos condenados por órgãos colegiados, como é o Senado no processo de impeachment, tornam-se inelegíveis por oito anos. A dúvida é se ela pode ser aplicada em caso de crime de responsabilidade. Além disso, a lei da ficha limpa não fala explicitamente em punição para presidentes da República, a não ser em caso de renúncia.

Logo após a votação, o próprio líder do PT no Senado chegou a considerar que a lei da ficha limpa poderia impedir uma candidatura de Dilma.

“A elegibilidade passa pela lei da ficha limpa, que define que, quando há uma definição colegiada, não há possibilidade de candidatura. Aí certamente o Supremo vai definir se o

Senado, e eu acho que o Senado é um colegiado, com essa decisão ela teria dificuldade de ser candidata”, disse Humberto Costa.

O professor de direito da Fundação Getúlio Vargas Thomaz Pereira afirma que a lei da ficha limpa não se aplica em caso de crime de responsabilidade.

“A lei da ficha limpa regula especificamente certas situações em que alguém condenado fique inelegível. No caso do impeachment não é uma questão de aplicação da lei da ficha limpa, é uma questão de aplicação direta da Constituição”.

Marlon Reis, um dos idealizadores da ficha limpa, explica que a lei não previu a pena para presidente da República justamente porque a Constituição já prevê que presidentes que tenham o mandato cassado se tornem inelegíveis.

“A lei da ficha limpa não prevê nada com relação à perda do mandato de presidente da República. Ela o faz em relação aos cargos de governador do estado, do DF, ou de prefeito. Mas ela fez silêncio proposital em relação ao tema da Presidência da República porque a Constituição já trata disso. A Constituição federal prevê no caso da perda de mandato do presidente da República uma inabilitação para o exercício do mandato eletivo”, explicou.

Mas o que fazer então num caso como este, em que o Senado cassou o mandato de Dilma, mas não a tornou inelegível? Esta é uma questão que deverá ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

“Nós não podemos aplicar por analogia medidas que envolvam restrição a direitos. Se o Senado optou por não impor à presidente Rousseff sanção a algo que ele considerou possível, a sanção autônoma de inabilitá-la temporariamente por oito anos para o exercício de qualquer função pública, eletiva ou de nomeação, então a consequência parece-me evidente. Mas de qualquer maneira, essa é uma questão que poderá vir a ser apreciada pelo Supremo, se e quem detiver legítimo interesse para tanto provocar o exercício desta Corte da sua jurisdição”, disse o ministro do STF Celso de Melo.